



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 627 - DE 24 DE JANEIRO A 7 DE FEVEREIRO DE 2021 - R\$ 4,00

Organizar a luta contra o fechamento da Ford!

**OCUPAR AS FÁBRICAS E IMPOR O
CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO**

**Exigir do governo a estatização,
sem indenização!**



97

**anos do falecimento de Vladimir Ilyich
Ulyanov (Lenin), 21 de janeiro de 1924**

**Memória Eterna ao dirigente da Revolução
Russa e construtor da III Internacional**

Rejeitar o desvio do caminho

*Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem
a luta pelo emprego, salário e saúde pública*

*Que se coloquem pela estatização, sem indenização,
ocupação e controle operário da Ford*

O fechamento da Ford obrigou as direções sindicais a des-cruzarem os braços. Os burocratas tiveram de convocar as assembleias presenciais, montarem vigília na porta das fábricas, fazerem protestos, acionarem parlamentares, e prometerem união contra o desemprego.

Esse contundente acontecimento se seguiu ao fechamento de uma planta da Mercedes, no interior de São Paulo. Outros anúncios de fechamento de unidades fabris, a exemplo da 3M do Brasil e da Yoki, acenderam mais luzes vermelhas. Bastam esses casos, para se constatar o processo de desintegração econômica pelo qual passa o Brasil. Mas, a situação é muito mais grave. Estudos indicam que, desde 2015, 17 fábricas foram encerradas por dia, somando 36,6 mil. Somente em 2020, 5,5 mil fábricas foram extintas.

A quebra industrial eleva o desemprego, e potencia o subemprego. Reflete a regressão da economia nacional, em um quadro mundial de destruição maciça de forças produtivas. O que resulta em mutilação da força de trabalho. Segundo cálculos do Dieese, somente a desativação da Ford no Brasil resultará em mais de 118 mil demissões, diretas e indiretas. Assim, se incha o exército de desempregados e subempregados, que, desde 2014, vem crescendo incessantemente. Entre outros motivos, a média da renda dos trabalhadores tem caído. Eis por que avançam a pobreza e a miséria dos explorados. Milhões de jovens não veem possibilidade de emprego. São empurrados para o subemprego.

O capitalismo em desintegração já não pode desenvolver as forças produtivas. A regressão industrial expressa a contradição entre as forças produtivas avançadas e as relações capitalistas de produção. Chegou-se, em escala mundial, a um excesso de capacidade produtiva, sem um mercado correspondente, que se estreita mais e mais, devido à exploração do trabalho, à crescente concentração de riqueza e, portanto, à regressão do desenvolvimento social. A crise na indústria automobilística não é exceção, embora tenha maior destaque. No Brasil, a capacidade instalada é de 5 milhões de unidades, hoje, movimenta apenas metade dessa potencialidade. Os planos desenvolvimentistas do passado, como se vê, esbarram nas leis econômicas do capitalismo. Muito recurso estatal foi canalizado para o setor automobilístico, na crença de que, por esse caminho, se asseguraria o desenvolvimento nacional e, com ele, o desenvolvimento social.

Os saltos à frente em determinados setores monopolistas – o mais expressivo foi o automotivo – aumentaram a concentração de riqueza em um polo, e de pobreza das massas em outro. Provocaram grandes desequilíbrios no desenvolvimento geral

das forças produtivas nacionais. Basta verificar a composição histórica da gigantesca dívida pública, para se ver o quanto os monopólios e o capital financeiro saquearam recursos e acabaram por levantar poderosas travas ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. O fechamento da Ford assenta um marco da regressão das forças produtivas nacionais e, em particular, da indústria automotiva.

As direções sindicais se viram forçadas a romper a sua longa quarentena, para mostrar que algo deveria ser feito, diante do tamanho ataque da Ford à classe operária e à economia brasileira. Começaram, porém, traçando um caminho que desvia a resistência dos metalúrgicos e do proletariado como um todo. Condiționaram as assembleias à espera de abertura de negociações com a montadora. Apresentaram como perspectiva a obtenção de um acordo indenizatório. Montaram uma vigília na porta das fábricas, que pouco ou nada pode fazer. E armaram uma campanha publicitária em torno à desindustrialização, à necessidade de um plano abstrato de desenvolvimento nacional, ao pedido de atenção das autoridades governamentais, e à crítica parlamentar ao governo Bolsonaro. Essas respostas derrotistas amorteceram o impacto do comunicado da Ford sobre a decisão de deixar o Brasil, não importando o rastro de demissões.

O agravamento da pandemia, o quadro de barbárie do Amazonas, e o início fraudulento da vacinação encobriram a débil resistência dos metalúrgicos. Agora, a Frente Brasil Popular (PT) e a Frente Povo Sem Medo (PSOL) saíram das catacumbas, para reabrir a temporada pelo impeachment de Bolsonaro, começando com uma carreata, bem ao gosto da pequena-burguesia.

O Partido Operário Revolucionário chama os trabalhadores, a juventude oprimida e a vanguarda com consciência de classe a rechaçarem esse desvio, montado pela burocracia sindical e direções reformistas. A tarefa do momento é a de organizar um movimento nacional em torno à estatização da Ford, sem indenização, ocupação das fábricas e controle operário da produção. Exigir do governo Bolsonaro e dos governadores a estatização é a melhor forma de mostrar, pela experiência, que são, antes de tudo, burgueses, independentemente de suas orientações políticas do momento. É a melhor forma para mostrar ao proletariado e demais explorados que os governos burgueses são serviços do imperialismo, das multinacionais e do capital financeiro. A defesa da ocupação da fábrica e do controle operário é o método de luta colocado objetivamente pela situação, e a condição para unir a classe operária em defesa da estatização das fábricas fechadas, contra as demissões e pelos empregos.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Declaração do Partido Operário Revolucionário

O fechamento de fábricas deve ser respondido o programa, os métodos de luta e a organização independente da classe operária

15 de janeiro de 2021

A destruição de postos de trabalho afeta negativamente as forças produtivas do país, e agrava a situação da classe operária e demais trabalhadores, que já não suportam o desemprego e o subemprego. É próprio do capitalismo, a liberdade do patronato de proteger seus interesses, diminuindo o número de trabalhadores, ou até mesmo fechando fábricas.

As mudanças tecnológicas reduzem a quantidade de força de trabalho contratada. É o que se passa mundialmente. O aumento do desemprego, causado pelo aperfeiçoamento tecnológico, sofre um maior impulso nas condições de crise de superprodução, que também é mundial. A anarquia da produção social capitalista se converte em maior penúria e miséria das massas. Os monopólios e o capital financeiro já não podem manter o desenvolvimento das forças produtivas e, assim, acabam por percorrer o caminho inverso, destruindo maciçamente parte delas. Nesse percurso, a força de trabalho é, mais e mais, mutilada.

As altas taxas de desemprego e o aumento do exército crônico de desempregados marcam a situação mundial, ainda que em graus diferenciados de país a país. O baixo crescimento, o estancamento e a recessão passaram a predominar, desde os anos de 1970, marco em que mais nitidamente se identifica a retomada do processo de destruição de forças produtivas no pós-Segunda Guerra. Os momentos de volta do crescimento mundial são logo seguidos de profundas quedas. Com a eclosão da crise nos Estados Unidos, em 2008, e sua disseminação em toda a parte, transformando-se em recessão mundial no ano seguinte, abriu-se um período, em que se alonga o processo de destruição de forças produtivas e mutilação da força de trabalho.

Os países de economia atrasada e semicoloniais seguem subordinados às condições ditadas pelas potências. Sobre eles, é descarregado o maior peso da decomposição mundial. As burguesias nacionais e os seus governos não são capazes de dar respostas próprias em defesa da economia nacional e da população trabalhadora. De uma maneira ou de outra, acabam aplicando medidas antinacionais e antipopulares, que reforçam ainda mais os fatores da crise estrutural do capitalismo. Impotentes, se sujeitam aos monopólios e ao capital financeiro.

O controle ostensivo dos ramos fundamentais da economia pelo capital imperialista favorece as tendências destrutivas da crise, gestadas nas entranhas da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas, e as relações de produção capitalistas arcaicas. A gigantesca capacidade de produção se tornou incompatível com o sistema de propriedade privada dos meios de produção capitalista. Os enormes excedentes de força de trabalho e de capacidade de produção resultam em maior atraso das economias semicoloniais, em relação às potências imperialistas, e aumento da pobreza e miséria mundiais.

A pandemia, que perdura um ano, vem causando um grande estrago na economia mundial. As potências reagem, emitindo gigantescas somas de dólares e euros. Mesmo assim, não têm conse-

guido evitar as demissões em massa, o aumento do desemprego e o crescimento da pobreza. Os países semicoloniais são os mais duramente afetados, aumentando seu endividamento público e limitando ainda mais a capacidade de recuperar parte do terreno perdido neste período. A pobreza, miséria e fome estruturais se potenciaram.

O Brasil se destaca como um dos países mais afetados pela pandemia e suas consequências econômicas e sociais. É preciso, no entanto, assinalar que não foi a pandemia que provocou a crise econômica, que já vinha mundialmente se prolongando, desde 2008-2009. O País não havia conseguido se recuperar da recessão de 2015-2016, quando a pandemia se manifestou no início de março de 2020. Os longos períodos de baixo crescimento e estagnação, desde meados dos anos de 1970, expressaram as tendências de quebra e retrocesso das forças produtivas nacionais, como parte das contradições mundiais.

O controle ostensivo dos ramos fundamentais da economia pelo capital imperialista favorece as tendências destrutivas da crise, gestadas nas entranhas da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas, e as relações de produção capitalistas arcaicas.

É nessa situação que se identificou a denominada “desindustrialização”. Os sintomas foram a diminuição de sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), pouca inversão na abertura de novos parques industriais, crescente monopolização dos ramos-chaves, lentidão nas inovações tecnológicas, atraso na produtividade, e limitada capacidade de exportação. Em contrapartida, se agigantaram os setores de serviços, e se alavancou a agroindústria exportadora. Está em curso um processo de reversão da edificação industrial do País, que tomou forma a partir de 1930, ainda que concentrada na região Sudeste. O fato da industrialização no país semicolonial se constituir, em grande medida, na dependência dos monopólios e do capital financeiro internacional, acaba sendo limitada como carro-chefe do desenvolvimento geral das forças produtivas nacionais. A alta concentração no Sudeste, em particular no estado de São Paulo, é um dos sintomas estruturais da industrialização baseada na penetração dos monopólios.

O fechamento de todas as fábricas da Ford no Brasil colocou à tona as tendências desintegradoras da industrialização. A multinacional norte-americana esteve no assentamento dos primeiros impulsos industrializantes. Despertou nos comentaristas a lamentação de que se trata de uma empresa centenária no País. De fato, a Ford se ergueu como um pilar da implantação do sistema industrial automobilístico, seguindo os ditames dos interesses do capital norte-americano. Esse sistema, ao estabelecer uma grande influência no quadro da industrialização, condicionou sensivel-



À progressiva diminuição de postos de trabalho, observada nas últimas décadas, devido à automação, se acrescentam as demissões causadas pela eliminação de plantas. O fechamento da Ford em São Bernardo do Campo, em fevereiro de 2019, foi um claro sinal de que a multinacional avaliava como insustentável sua posição no Brasil.

mente os parâmetros do desenvolvimento das forças produtivas internas. Impossibilitou a indústria ferroviária, impondo a supremacia da rodoviária. As consequências para o desenvolvimento integrado do País foram adversas, no sentido de concentrar a industrialização em um polo do imenso país.

O crescimento do mercado interno e a expansão da classe média possibilitaram a instalação de 26 montadoras e 65 fábricas. A capacidade de produção estimada é de 5 milhões de unidades anuais. As vendas foram sendo reduzidas, desde o agravamento da crise econômica em 2014. A Ford decidiu abandonar o Brasil no momento em que se verificam 50% de ociosidade da capacidade instalada. Em 2008, as 14 montadoras, até então existentes, produziram 3.004.535 unidades. Em 2020, 26 montadoras atingiram 2 milhões de unidades. A Ford perdeu terreno, vendendo apenas 119,4 mil unidades. Em 2015, 236,7 mil. Do quarto lugar em vendas, passou para o sexto. A derrocada da outrora mais poderosa montadora indica que o enorme número de montadoras, o crescimento excessivo da capacidade de produção, e a agressiva concorrência, levarão a fechamentos de mais fábricas. À progressiva diminuição de postos de trabalho, observada nas últimas décadas, devido à automação, se acrescentam as demissões causadas pela eliminação de plantas. O fechamento da Ford em São Bernardo do Campo, em fevereiro de 2019, foi um claro sinal de que a multinacional avaliava como insustentável sua posição no Brasil. O fechamento da fábrica da Mercedes, em Iracemápolis (SP), dezembro de 2020, confirmou a presença de uma tendência geral, caso persista o excesso de capacidade de produção e estreitamento do mercado interno e externo. A classe operária e demais explorados são os que pagam pela impossibilidade de o capitalismo desenvolver mundialmente as forças produtivas.

As consequências para a economia são consideráveis, levando em conta que o sistema automotivo engloba uma ampla cadeia de produção e distribuição, que se estende à indústria de máquinas agrícolas e de construção civil. Estima-se que correspondia a 23,3% do PIB industrial, e 5,5% do PIB nacional, em 2008. Em 2020, aproximadamente 22% do PIB industrial.

O impulso à industrialização brasileira, nas condições da Segunda Guerra Mundial, se deu em torno à penetração da indústria

automotiva norte-americana e alemã. O governo nacionalista de Getúlio Vargas direcionou esforços para estabelecer as bases dessa penetração, criando a Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, e a Fábrica Nacional de Motores, nos anos de 1940. Retornando à presidência da República, em 1950, restabeleceu sua política nacionalista, chegando a proibir importação de veículos montados fora do Brasil.

O interesse da Mercedes em expandir seus negócios coincidiu com as necessidades do Brasil em produzir caminhões. Estava estabelecido o meio rodoviário para ligar as regiões do País, e impulsionar a economia a partir do Sudeste. O governo de Juscelino Kubitschek, caracterizado pelo desenvolvimentismo, sistematizou a implantação da indústria automotiva, constituindo o Grupo

Executivo da Indústria Automobilística (GEIA). Assim, o Estado passou a subsidiar o capital multinacional, por meio de incentivos fiscais. A intenção getulista de criar uma indústria nacional automotiva se mostrou, porém, inviável.

Na primeira metade dos anos de 1960, se definia por completo o império das multinacionais. Na década de 1970, se instalaram novas montadoras, como a Fiat e Volvo. A crise econômica dos anos de 1980 interrompeu a ascensão da produção automotiva, que retomou sua capacidade na década de 1990. Pouco antes do final do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, a produção atingia a marca de 2 milhões de veículos. Um mercado tão promissor atrairia novas montadoras, na década de 2000.

As mudanças tecnológicas levariam à diminuição da utilização da força de trabalho. Em 2009, se produzia três vezes mais que no início de 1990, enquanto que a indústria automobilística diminuía milhares de postos de trabalho. Daí em diante, a meta das montadoras foi a de reduzir a contratação, e rebaixar o preço da força de trabalho. Ao mesmo tempo, os governos concederam fartos subsídios. Estima-se que a União favoreceu a indústria automotiva na ordem de R\$ 69,1 bilhões, entre 2000 e 2020. Eis por que o governo Bolsonaro acusou a Ford de pretender maiores subsídios. Evidentemente, a causa principal de fechar suas fábricas no Brasil não é a falta de subsídios, mas sim a crise de superprodução, e a perda de capacidade mundial da Ford em concorrer com as demais montadoras. O importante da denúncia foi que expôs a sangria dos cofres públicos, quando este já está esgotado, devido à gigantesca dívida pública, que não é mencionada nas explicações das autoridades e imprensa.

Porta-vozes das multinacionais responsabilizam o denominado "custo-Brasil". Dizem que é preciso acabar com o emaranhado dos impostos e da burocracia. O presidente da General Motors América do Sul, Carlos Zarlenga, acusa os "45% a 50% de impostos sobre o preço dos carros", comparando com os Estados Unidos, que seriam de 12%. E reclama do imposto sobre as exportações de carro, entre 15% a 18%. De fato, tamanha carga tributária reduz a capacidade no concorrido mercado mundial. Mas, todos ocultam que o capital financeiro, do qual fazem parte os monopólios industriais, suga os recursos do País, por meio da brutal carga de juros, proveniente da dívida pública. Ocultam, também, as altas remessas de lucros às suas matrizes. Não é do interesse, nem da burguesia, nem de seus governos, apresentarem a contabilidade completa. Mas, é evidente que o capital imperialista sangra os re-

curiosas das nações semicoloniais. O fechamento da Ford é um reflexo da lei econômica de funcionamento do capitalismo, e de sua estrutura mundial, sustentada na divisão entre nações opressoras (imperialistas) e nações oprimidas (semicoloniais).

O que está posto à luz do dia não é apenas a destruição de postos de trabalho, mas também, e principalmente, o controle que os monopólios imperialistas exercem sobre a estrutura semicolonial do Brasil e as forças produtivas nacionais. A Ford explorou, por um século, as potencialidades brasileiras, o que a ajudou a se projetar, mundialmente, como a mais poderosa indústria automobilista e de ramos conexos. Entrou em declínio, ao ponto de o Estado ter de salvá-la da derrocada, na crise de 2008-2009, com bilhões de dólares. A classe operária norte-americana também pagou, e vem pagando caro, pelos retrocessos industriais da maior potência. A Ford perdeu capacidade, mas a General Motors continua sendo a primeira no Brasil, graças ao enorme apoio recebido pelo Estado imperialista. De uma maneira ou de outra, todos os monopólios se escoram na política internacional de seus países, o que inclui a obtenção de subsídios nos países que os sediam, para dominar e saquear as semicolônias.

Essa exposição somente não é aproveitada pela classe operária, porque seus sindicatos e centrais se acham controlados por uma burocracia serviçal das multinacionais. Há muito, os burocratas reformistas deixaram para trás as greves e as gigantescas mobilizações do ABC, do final dos anos de 1970 e início dos de 1980. A CUT, em particular, participou e sustentou a política dos governos Lula e Dilma, especialmente quanto ao Inovar-Auto, responsável por enormes subsídios fiscais. O governo Temer deu continuidade com o “Rota-2030”. Ao submeter os sindicatos a tais programas, seus dirigentes passaram a colaborar com as medidas de ajuste das montadoras, que criaram os planos de PDV, banco de horas, lay-off. Com a terceirização, se avançou na meta de reduzir salários e direitos. A reforma trabalhista, finalmente, conferiu ao grande capital a “segurança jurídica”. A história do sindicalismo brasileiro não conhece um período em que tanto avançou a política de colaboração de classes e a estatização das organizações operárias. Em grande medida, é que o explica a ausência de uma resposta política e organizativa da classe operária e demais explorados ao fechamento da Ford e de uma unidade da Mercedes, em um quadro de escalada do desemprego e subemprego.

O fechamento de fábricas constituiu uma ação extrema dos capitalistas, que exige uma ação extrema do proletariado. O encerramento das atividades da Ford pôs na ordem do dia a ocupação das fábricas, o controle operário da produção e a bandeira de estatização, sem indenização da empresa. Para isso, é necessário que se conte com uma direção proletária, classista e revolucionária. Essa resposta põe em questão a propriedade privada dos meios de produção, a liberdade dos monopólios fecharem fábricas, demitirem e retirarem do País os seus capitais. Somente uma direção política à altura das condições objetivas de desintegração do capitalismo encarna o programa de expropriação da burguesia, e constituição de um governo operário e camponês. A luta contra o fechamento da Ford se dá no terreno da defesa da economia nacional e das

condições de existência dos explorados. Eis por que o POR lançou, imediatamente, a campanha contra o fechamento das fábricas da Ford, e em defesa da unidade com os operários da Mercedes, com as bandeiras de convocação das assembleias de luta, ocupação das fábricas, controle operário da produção, estatização sem indenização e organização do movimento nacional pelas centrais sindicais, em defesa dos empregos e salários.

Essas ações estão de acordo com as necessidades objetivas de resposta à crise econômica, às medidas capitalistas de flexibilização do trabalho, e ao fechamento de fábricas. Estão também de acordo com a necessidade de derrubar a reforma trabalhista, a lei da terceirização, a reforma previdenciária, bem como impedir a aprovação da reforma administrativa. É obrigatório tratar de conjunto essas questões, uma vez que estão interligadas, expressam um programa da burguesia e representam um ataque sistemático

às relações de trabalho e impulso à pobreza e à miséria das massas.

As centrais sindicais, coordenadas pela CUT, CTB e Força Sindical, diretamente envolvidas com o fechamento das três fábricas da Ford, repetem a velha resposta de procurar os governos, parlamentares e autoridades judiciais, para ajudá-las a encontrar uma solução. Evidenciam a dependência política em relação ao Estado burguês, cujos governantes são serviçais do grande capital e do imperialismo. A aparente resistência ao fechamento

da Ford não passa de uma máscara à aceitação do fato consumado. Está claro que os burocratas se negam a organizar a luta nacional, sob a bandeira de “Não fechamento da Ford”. O que implicaria responder com medidas à altura dos acontecimentos. O máximo que fizeram foi convocar assembleias passivas, aprovar vigília na porta das fábricas, e convencer os operários a colocar o destino de seus empregos nas mãos de representantes da burguesia. Essa atitude dá continuidade ao amordaçamento dos sindicatos durante a pandemia, às demissões em massa e aos acordos de redução salarial. As traições que vêm sendo realizadas no último período, convergem para a capitulação descarada, diante do fechamento das fábricas da Ford e da unidade da Mercedes, em Iracemápolis.

Está aí por que as assembleias se realizam em um clima de enterro e desesperança. O instinto de revolta da classe operária vem sendo esmagado anos a fio pela política de conciliação de classes. Os operários ouvem os burocratas e consentem, sem ter a consciência de que estão sendo conduzidos para as negociações em torno de indenizações e, portanto, para a derrota. Assim se passou com o fechamento da Ford de São Bernardo, e assim se passará com o fechamento das unidades de Taubaté, Camaçari e Horizonte, caso não haja uma revolta dos operários contra a própria burocracia entreguista e vendida.

É importante que a vanguarda com consciência de classe lute no interior do movimento, levantando as bandeiras de assembleias de luta, ocupação de fábricas, controle operário, constituição dos comitês de base, estatização sem indenização, organização do movimento local, regional e nacional, em defesa dos empregos. Esse é o ponto de partida para a real defesa da economia nacional e das condições de existência da maioria oprimida.

O fechamento de fábricas constituiu uma ação extrema dos capitalistas, que exige uma ação extrema do proletariado. O encerramento das atividades da Ford pôs na ordem do dia a ocupação das fábricas, o controle operário da produção e a bandeira de estatização, sem indenização da empresa.

Carta aos metalúrgicos da Ford, à classe operária e aos demais explorados

19 de janeiro de 2021

A calamidade no Amazonas obscureceu a gravidade do fechamento da Ford. A imprensa se dedicou a mostrar a falência da saúde pública, nesse estado da região Norte. Em seguida, se deu publicidade à farsa do início da vacinação em São Paulo. De fato, a pandemia retomou, com toda a sua letalidade, na maior parte do país. A escandalosa situação do Amazonas deu a impressão de que não era tão grave em outros estados. O descontrole do Covid-19 expôs a incapacidade da burguesia e seus governantes de responderem à altura, de maneira que os pobres e miseráveis continuaram sendo as maiores vítimas.

Certamente, a pandemia manteve sua importância, tal qual nos piores meses do ano passado. A Ford decidiu anunciar o fechamento de suas fábricas, justamente no auge da crise pandêmica. É correto dizer que a multinacional norte-americana aproveitou da situação, para pôr na ordem do dia o plano que se encontrava na gaveta de sua matriz.

A burocracia sindical se entregou de corpo e alma ao capital. Não apenas não confia na capacidade de luta do proletariado, como trabalha incessantemente para sufocar e anestesiar seu instinto de revolta.

Temos visto e denunciado que os capitalistas como um todo, mas principalmente os monopólios, passaram a proteger seus negócios, descarregando inteiramente a crise econômica sobre a classe operária e demais explorados. Bolsonaro e demais governantes, não só viraram as costas ao fechamento de milhares de fábricas, comércio e serviços, demissões em massa, redução salarial e liquidação de direitos trabalhistas, como também agiram no sentido de proteger os interesses gerais da burguesia, sacrificando as necessidades elementares da maioria oprimida. Agora, fazem o mesmo, ou mostrando desprezo à medida da Ford, como no caso de Bolsonaro; ou lamentando a “ingratidão”, como no caso de governadores, prefeitos, parlamentares e sindicalistas.

O fato é que se trata de um golpe profundo sobre a classe operária. Os metalúrgicos da Ford são imediatamente atingidos, mas as consequências se manifestarão e permanecerão, destruindo empregos e condições de trabalho ao conjunto dos explorados.

Os governantes não fazem senão cumprir sua função de lacaios da burguesia, e, em particular, de serviçais dos monopólios imperialistas. Os dirigentes sindicais, que deveriam usar de todos os meios e capacidade de luta do proletariado, praticam o mais reacionário corporativismo. Colocaram, desde o início, o fechamento da Ford como um problema circunscrito aos metalúrgicos de três fábricas, como se não fosse um problema de toda a classe operária.

As três centrais sindicais envolvidas – CUT/Taubaté, CTB/Camaçari e Força Sindical/Horizonte – só fizeram reclamar do “tapa na cara” dos operários, e pelo fato da Ford não ter feito “nenhum pedido de desculpas”. É o que disse o burocrata da CTB, vinculado ao PCdoB. Assumiram o fechamento como um fato consumado, passaram a correr atrás da montadora, para acertar as indenizações, e a pedir socorro aos governantes, parlamentares e instituições da burguesia. Para disfarçar o imobilismo, armaram as vigílias, com pouco mais de duas dúzias de operários, as audiências públicas virtuais, os atos simbólicos em frente a concessionárias, os cultos ecumênicos, e a peregrinação ao santuário de Aparecida do Norte.

Essa dependência a instituições e representantes da burguesia é a demonstração mais vergonhosa das consequências antioperárias da política de colaboração de classes, burocratização e estatização das organizações sindicais. A burocracia sindical se entregou de corpo e alma ao capital. Não apenas não confia na capacidade de luta do proletariado, como trabalha incessantemente para sufocar e anestesiar seu instinto de revolta. A camarilha burocrática, vinculada às multinacionais, em especial às montadoras, se tornou auxiliar dos capitalistas, diante dos impasses da crise de superprodução e da tendência de queda da taxa média de lucro dos monopólios. Ajudou a estabelecer a cultura das demissões negociadas – PDVs, lay-offs, banco de horas, etc. Transformou os sindicatos em apêndices de partidos da ordem capitalista – PT, PCdoB, Solidariedade –, para citar apenas os mais importantes. Difundiu a ideologia de que é melhor um acordo negociado do que a luta grevista. Reproduziu a farsa burguesa de que, com as novas tecnologias, a classe operária não é mais a mesma, aquela que ia ao combate. Essa camarilha montou um aparato sindical que beira ao gangsterismo, eliminando a democracia operária – não convoca as assembleias gerais, manietas as assembleias corporativas, elimina o direito de oposição, e controla o resultado das eleições sindicais. Conta com o apoio dos capitalistas, para impor essa camisa de força nos sindicatos, e esmagar o descontentamento nos locais de trabalho.

Isso explica a passividade dos metalúrgicos diante da violência da Ford. A espera de uma indenização individualiza a atitude, e impede a elevação da consciência coletiva. Os burocratas sabem disso, e procuram canalizar o descontentamento para esse beco sem saída. O que a montadora vai gastar com as indenizações é uma pequeníssima fração dos

Adquira com o distribuidor: R\$ 35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

lucros obtidos, e menor ainda, se se considerarem os subsídios recebidos, durante décadas, dos governos. Para os imperialistas, é mais simples e econômico demitir e indenizar, do que enfrentar a luta de classes. São inúmeros os exemplos nesse sentido, mas é bom lembrar a traição da direção do Sindicato Metalúrgico do ABC, quando do fechamento da planta da Ford de São Bernardo. Tudo está sendo encaminhado para esse mesmo resultado.

Em um comunicado pomposo, de 16 de janeiro, a CUT diz defender a retomada da “*produção dos parques industriais, com ou sem Ford*”. Declara, sem rodeios, que não lutará contra o fechamento da fábrica. Retira da gaveta a enferrujada bandeira de “*retomada de nosso processo de industrialização*”. Pede que o Congresso Nacional assuma “*suas responsabilidades*”. Declara-se por “*uma postura firme no diálogo com a Ford*”. E conclui: “*Caso a Ford mantenha sua decisão, os governos federal e estaduais devem encampar suas plantas industriais, com máquinas e equipamentos, como contrapartida dos bilhões de reais que deixaram de arrecadar, em face dos incentivos fiscais e benefícios que recebeu no Brasil*”.

As centrais sindicais deixaram claro que estão à procura de indenizações, e não de “*encampar*”, em troca do que já foi dado à montadora pelo Estado brasileiro. Basta a palavra encampar, para ver que a CUT foge da bandeira de estatização, sem indenização. O máximo que os burocratas almejam é servir de corretor auxiliar a algum tipo de transação da Ford, com esta ou aquela montadora. É o que o governador do PT, da Bahia, está confabulando com investidores chineses. E é o que o governador de São Paulo, em 2019, tentou fazer com o fechamento da planta de São Bernardo.

Os farsantes se mostram impotentes, uma vez que se negam organizar a luta pela ocupação das fábricas e pela estatização, sem indenização. Ou os operários se revoltam contra essa direção capituladora, ou a Ford será mesmo fechada, e milhares de postos de trabalho, destruídos.

Sabemos que as condições políticas e sociais pesam enormemente contra os instintos de revolta da classe operária. Mas, é dever da vanguarda com consciência de classe intervir com propostas, bandeiras e métodos de luta, que levem à ruptura

Sabemos que as condições políticas e sociais pesam enormemente contra os instintos de revolta da classe operária. Mas, é dever da vanguarda com consciência de classe intervir com propostas, bandeiras e métodos de luta, que levem à ruptura dos operários com a política burocrática derrotista. Que permitam ver um outro caminho, completamente oposto ao das indenizações e das negociatas governamentais.

dos operários com a política burocráticas derrotista. Que permitam ver um outro caminho, completamente oposto ao das indenizações e das negociatas governamentais.

A classe operária foi desarmada ideológica, política e organizativamente nas últimas décadas, principalmente depois de o PT ter alcançado o poder do Estado, com a eleição de Lula. As ilusões no reformismo foram atingidas, mas não extintas. A casta burocrática, que controla os sindicatos e centrais, ainda funciona como um poderoso freio à luta de classes, à encarnação pelas massas de um programa de reivindicações próprio, e à organização independente de toda influência burguesa. É esse freio que impediu o proletariado de se colocar à frente da maioria oprimida, em defesa dos empregos, que vêm sendo destruídos maciçamente, desde a recessão de 2015-2016. Somente no ano passado, 5,5 mil fábricas fecharam as portas. Estima-se que, desde 2015, o número de fábricas encerradas foi de 36,6 mil. Onde estavam os sindicatos? Onde estavam as centrais? Estavam de costas para os trabalhadores, negociando demissões com o patronato. Essa trajetória pesa decisivamente na desconfiança dos explorados em relação aos seus sindicatos, os

leva à procura individual das indenizações, e ao “*salve-se quem puder*”.

Essa experiência trágica, querendo ou não, é a base para se constituir uma direção classista e revolucionária no seio do proletariado. No momento, é imprescindível fazer uma campanha firme e ampla, em defesa da ocupação de fábricas, constituição do controle operário da produção, expropriação e estatização sem indenização das fábricas que fecham. Lutar por verdadeiras assembleias democráticas. Constituir comitês de base, que unifiquem empregados e desempregados. Convocar as plenárias sindicais, que fortaleçam a vanguarda e sirvam de instrumento de ação coletiva.

Organizar as manifestações de rua e os bloqueios. Convocar imediatamente um primeiro dia nacional de luta, contra o fechamento de fábricas, empregos, salários e saúde pública.

É com esse movimento que a classe operária e demais explorados também poderão responder com uma política própria à barbárie capitalista evidenciada pela pandemia. Toda força à bandeira de ocupação de fábrica, controle operário e estatização sem indenização.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



Campanha do POR contra o fechamento da Ford e em defesa dos empregos

O POR vem fazendo junto à classe operária a campanha contra o fechamento das três fábricas da Ford no Brasil, Taubaté, Camaçari e Horizonte. Os Boletins Nossa Classe foram dis-

tribuídos nas fábricas do ABC, e na assembleia e na vigília em Taubaté. Também houve a divulgação do Nossa Classe no Ceará, estado em que se encontra a Ford de Horizonte. Além dos

boletins, inúmeros cartazes foram colados nos corredores fabris e no centro de Taubaté. Publicamos abaixo os três boletins e os informes das assembleias e da vigília.

Boletim Nossa Classe, 12 de janeiro

Ford fecha suas fábricas e demite milhares Ocupar as fábricas e impor o controle operário da produção E exigir do governo a estatização, sem indenização

Ou lutamos com todas as nossas forças, ou a montadora acabará com nossos empregos. A conversa de que o governo federal, governadores e prefeitos podem encontrar uma solução é a forma para não organizar a luta dos próprios operários.

Os burocratas sindicais querem que fiquemos esperando que os governantes deem mais subsídios para as poderosas montadoras. De joelhos, pedem que a Ford permaneça no Brasil, e imploram que os operários estejam prontos para colaborar com a montadora. Os burocratas sindicais já haviam aceitado os planos de PDVs, e assinado os acordos de redução salarial e perdas de direitos.

No fechamento da Ford de São Bernardo do Campo, em 2019, a direção traidora enganou os metalúrgicos com as negociações com Doria, Morando e CAO, prometendo que os empregos seriam garantidos. No final das contas, a fábrica foi liquidada e o terreno vendido para uma empresa imobiliária.

Essa experiência nos mostra que, se a classe operária não toma em suas próprias mãos a defesa dos empregos, não se-

rão os capitalistas e seus governos que irão impedir o fechamento de fábricas e demissões. Nós, operários, temos nossos meios de luta. É preciso usar cada um deles na hora certa, e de acordo com a necessidade.

O Boletim Nossa Classe defende e trabalha para que as fábricas sejam ocupadas. Com a ocupação, mostramos nossa determinação de não permitir o fechamento e a destruição de milhares de empregos. Com a ocupação, os operários de outras fábricas são chamados a defender os postos de trabalho, que estão sendo destruídos em toda a parte.

Com a ocupação, podemos impor o controle operário, defendendo junto à população a continuidade da produção. O que também permite mostrar que as montadoras ganham rios de dinheiro, contando com subsídios estatais, explorando nosso trabalho e o mercado interno.

Com as fábricas ocupadas e o controle operário, podemos chamar a classe operária e demais explorados a exigirem do governo a estatização das fábricas da Ford, sem indenização. Esse é o caminho da luta, esse é o caminho da vitória.

Precisamos de assembleias de luta



Os sindicatos metalúrgicos de Taubaté (SP), Camaçari (BA) e Horizonte (CE) convocaram as assembleias. Essa é a primeira medida. Os operários coletivamente devem decidir o que fazer. Mas as assembleias têm de ser de luta.

A burocracia sindical usa as assembleias para comunicar o plano da Ford e as negociações que serão feitas com a montadora e governantes. Esse tipo de assembleia não é para lutar. Serve apenas para as direções sindicais fazerem o jogo das indenizações, como os PDVs. É o que fez a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC, diante do fechamento da Ford de São Bernardo.

A assembleia que precisamos é aque-

la que se coloque, logo de início, contra o fechamento das fábricas e contra as demissões. O segundo ponto é de como defender a continuidade da produção. A melhor forma é aprovar a ocupação das fábricas da Ford, e o controle operário da produção.

O Boletim Nossa Classe chama os metalúrgicos a rejeitarem as assembleias antidemocráticas e as manobras autoritárias da burocracia. As assembleias devem constituir comitês de defesa dos empregos, e pelo não fechamento das fábricas. Aprovar medidas de luta, que levem à mobilização coletiva, e que sirvam para convocar toda a classe operária a defender os empregos.

Centrais, sindicatos e movimentos camponês e popular, todos em defesa dos empregos

Pouco antes do anúncio do fechamento da Ford, a Mercedes havia comunicado o fechamento de sua unidade em Itacemápolis (SP). A drástica decisão das multinacionais norte-americanas e alemãs ocorre em um grave momento da economia nacional e mundial.

Os fechamentos de fábricas, comércios e serviços durante a pandemia, que ainda persiste, atingem os empregos como um todo. São medidas extremas, que os grandes capitalistas tomam para proteger os seus lucros. Milhares de pequenos negócios, por sua vez, simplesmente se quebraram, e os pequenos patrões entraram em falência.

Os grandes capitalistas se utilizaram das demissões em massa, impondo os PDVs, valeram-se da MP 936 para reduzir jornada e salário. A parcela dos pequenos patrões, que não se quebrou, também teve de utilizar a MP 936. O plano de emergência do governo, voltado aos capitalistas, serviu para proteger principalmente o grande capital.

É nessas condições que a classe operária e demais explorados ficaram completamente à mercê dos planos de demissão e de cortes de salários e direitos. As centrais, sindicatos e movimentos contribuíram com os capitalistas e governantes. Suas direções se submeteram aos ataques da burguesia, em nome de proteger os explorados da pandemia. Assumiram, assim, plenamente, a política burguesa do isolamento social. Agora, com o fechamento das fábricas da Ford e da



unidade da Mercedes, continuam a assistir as demissões em massa.

É parte da nossa luta a bandeira de que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a política de conciliação de classes e passem a mobilizar os explorados.

O Boletim Nossa Classe vem lutando durante todo esse tempo pela organização de um movimento local, regional e nacional contra as demissões, fechamento de fábricas, aplicação da MP 936 e acordos de PDVs. Com o fechamento da Ford, fica mais claro ainda a necessidade de organizar o movimento nacional em defesa dos empregos e salários.

Governo prepara a privatização das estatais Banco do Brasil, Correios, Eletrobrás e Petrobrás anunciam as demissões

A direção do Banco do Brasil comunicou o plano de fechamento de 112 agências e 5 mil demissões. A Eletrobrás, Petrobrás e Correios vêm impondo milhares de demissões “voluntárias” e “consensuais” (PDVs e PDCs).

O Banco do Brasil segue a tendência dos bancos como um todo de substituir funções presenciais pelas formas virtuais. Já foram demitidos milhares. As demissões e precarização do trabalho avançam nesse setor da economia, refletindo um fenômeno geral do capitalismo em decomposição. O anúncio

do Banco do Brasil tem o agravante de fazer parte do plano de privatização do governo Bolsonaro, bem como das demais estatais.

É preciso unificar os trabalhadores em um só movimento em defesa dos empregos e contra as privatizações.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais e sindicatos unifiquem a luta contra o fechamento de fábricas com a luta contra as demissões em toda a cadeia produtiva, comércio e serviço.

Desemprego, subemprego e salário mínimo empurram milhões para a miséria

Desde o aprofundamento da crise econômica, em 2014, e a recessão nos dois anos seguintes, milhões de postos de trabalho foram destruídos. A pandemia acelerou e agravou o quadro de desemprego e subemprego.

O salário mínimo teve o pequeno aumento real reduzido ano a ano, até que Bolsonaro decretou apenas o reajuste, que sequer cobre o custo de vida. As instituições da burguesia se viram obrigadas a reconhecer que 40 milhões de brasileiros estão mergulhados na miséria. Milhões de famílias sobrevivem com um ganho de R\$ 89,00, por pessoa, ao mês. O trabalho infantil voltou a crescer, expressando a necessidade dessas famílias.

Os capitalistas, em vez de abrirem novos postos de trabalho, fecham parte dos existentes. Os governos de Temer e Bolsonaro impuseram as “reformas” trabalhista e previ-

denciária. Avançaram a implantação da terceirização. Bolsonaro pretende ainda aprovar a reforma administrativa e a malfadada “Carteira Verde Amarela”. Tudo isso, em nome da criação de empregos. O contrário se passa. Diminuíram os empregos e cresceram o subemprego e a informalidade. Os salários foram perdendo valor. E o custo de vida se vem elevando.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais, sindicatos e movimentos voltem a defender as bandeiras de redução da jornada sem reduzir os salários, estabilidade no emprego e salário mínimo de acordo com as necessidades reais dos trabalhadores. E que se coloque pela derrubada das reformas antioperárias e antipopulares, bem como pelo fim da terceirização, e pela efetivação de todos os terceirizados, sob o princípio de trabalho igual, salário igual.

Boletim Nossa Classe, 18 de janeiro**É preciso e é possível defender os empregos da Ford**

Não devemos aceitar o fechamento da Ford e ficar esperando uma indenização. O emprego é a fonte de existência da classe operária. Nenhuma indenização pode substituir nosso posto de trabalho. O fechamento da Ford nos atinge diretamente. Mas, atinge toda a classe operária. Isso por que muitas fábricas têm sido fechadas. E quando não fecha uma fábrica, o patrão capitalista demite e reduz salários. Assim, a luta contra o fechamento de qualquer fábrica, demissões e redução salarial deve ser travada com toda energia.

Muitos acham que não há mais o que fazer, somente reivindicar uma indenização que sustente as famílias dos operários por algum tempo. Essa posição leva à passividade, porque individualiza as demissões e se perde a unidade da classe operária. Também induz ao erro de que logo um outro emprego poderá ser encontrado. A maior probabilidade é que não se encontre outro emprego, e se caia no subemprego. Ao contrário, o sentido coletivo do proletariado é luta pelos empregos, como fonte de sua existência e de sua família.

O Boletim Nossa Classe defende que é preciso lutar pelos empregos na Ford, como parte da luta geral pelos empregos a toda classe operária. E diz que é possível, porque temos capacidade de luta e porque confiamos na capacidade da classe operária de se defender contra as demissões e o desemprego.

O Boletim Nossa Classe defende que os operários da Ford não fiquem à espera de uma indenização, aceitando assim a destruição de milhares de postos de trabalho.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a confiarem no seu método de luta próprio, que são a greve, ocupação de fábrica, manifestação de rua, bloqueio e outros. Chama a lutarem pela independência política de seus sindicatos, que devem ser instrumentos da luta coletiva e da democracia operária.

O Boletim Nossa Classe defende a ocupação das fábricas da Ford, instalação do controle operário da produção e estatização sem indenização, a ser realizada pelo governo. Defende que as assembleias discutam e aprovem essa proposta.

**Lutar pela estatização, sem indenização, da Ford**

A Ford é uma poderosa multinacional norte-americana, que ganhou muito dinheiro com a exploração de nosso trabalho e com os subsídios dos governos. Agora, com a crise econômica e aumento da concorrência, decidiu fechar suas fábricas no Brasil e assim contribuir para o aumento do desemprego.

Os governos federal, estaduais e municipais simplesmente aceitaram esse brutal ataque à classe operária e à economia nacional. Comportam-se como governos burgueses serviais do imperia-

lismo, como os Estados Unidos. Somente a classe operária organizada e mobilizada tem como defender os empregos, lutando pela estatização, sem indenização, da Ford. Estatizar, manter os empregos e continuar a produção.

A CUT diz que se a Ford manter sua decisão, cabem aos governos "federal e estaduais encampar suas plantas industriais, com máquinas e equipamentos, como contrapartida dos bilhões de reais que deixaram de arrecadar em face dos incentivos fiscais e benefícios que rece-

beu no Brasil". A proposta de encampar para vender a outras montadoras não corresponde à proposta de estatização, sem indenização.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais levantem imediatamente a bandeira clara de estatização, sem indenização, e controle operário da produção. Que as assembleias discutam as propostas de encampação e de estatização. E que sejam assembleias democráticas, abertas a todos aqueles que estão pela luta contra o fechamento da Ford.

Ocupação e controle operário da produção

A ocupação deveria ter sido feita logo após o anúncio do fechamento. Mas continua sendo a única via para defender os empregos. Cabia às direções sindicais aprovarem na assembleia a imediata ocupação, mas ficaram à espera das indenizações. É preciso que os operários exijam na assembleia a ocupação da fábrica para manter o funcionamento da produção e os empregos. Com a fábrica ocupada, a luta pela estatização da Ford ganha força.

Os sindicatos organizaram as vigílias, para que a multinacional não retire o maquinário. É preciso, no entanto, que a vigília discuta a ocupação da fábrica. A vigília apenas para aguardar as negociações em torno às indenizações não servirá para defender os empregos. Então, que exijam dos sindicatos a ocupação da fábrica.

Com a ocupação, toda a classe operária vai pressionar seus sindicatos para apoiar a luta pela estatização, sem indenização.

Com a fábrica ocupada, passaremos a controlar a produção e a convocar os demais trabalhadores a defenderem nossa luta.

O Boletim Nossa Classe sabe das dificuldades em travar esse combate. Isso por que as direções sindicais não têm organizado o movimento operário para enfrentar as demissões, redução salarial e destruição de direitos. Mas sabe, também, que esse é o único caminho para evitar o fechamento de fábricas.

Que os sindicatos metalúrgicos convoquem a assembleia geral

O fechamento da Ford é um problema de todos os metalúrgicos e de toda a classe operária. Está aí por que os sindicatos de Taubaté, Camaçari e Horizonte devem convocar a assembleia geral, para defender o não fechamento da Ford e lutar contra todas as demissões. Com a união da classe operária, teremos força para defender os empregos.

As centrais sindicais – CUT, Força

Sindical e CTB – têm a obrigação de organizar a luta em todo o país, pela estatização sem indenização da Ford. As demais centrais sindicais devem também ser convocadas a mobilizar seus sindicatos. Que convoquem as plenárias sindicais de apoio à luta dos operários da Ford. Que façam uma campanha efetiva nas fábricas vizinhas da Ford. E que organizem os comitês operários e populares.

O Boletim Nossa Classe defende que a mobilização geral e a organização de um movimento nacional contra o fechamento da Ford são parte da luta contra o fechamento de milhares de empresas em todo o país. Que as centrais, então, organizem uma campanha nacional de luta, baseada nas assembleias gerais e na organização dos comitês de defesa dos empregos e salários.

Que as centrais sindicais, sindicatos e movimentos organizem a campanha nacional pelos empregos

Depois do fechamento da Ford e da planta da Mercedes em Iracemápolis, vieram as notícias de fechamento de fábricas em todo o país. Desde a recessão de 2014, o desemprego vem crescendo com o fechamento de fábricas. A informação é de que, entre 2015 e 2020, foram encerradas 36,6 mil fábricas. Somente em 2020, se extinguíram 5,5 mil fábricas. Segundo cálculos, são 17 fábricas fechadas por dia. Esses números explicam o crescimento vertiginoso do desemprego. Cada vez mais, as famílias operárias contam com maior número de desempregos e subempregados crônicos. Quem vive do salário, sabe que suas famílias dependem dos empregos.

Somente com o fechamento da Ford,

serão demitidos 5 mil efetivos e 1.100 terceirizados. Calcula-se que em toda a cadeia produtiva ocorrerão 60 mil demissões, uma vez que atinge autopeças, fornecedores, concessionárias e comércio. O Dieese fala em “perda potencial de 118. 864 postos de trabalho diretos e indiretos”

A pergunta que se faz é: onde estavam as direções sindicais? Estavam negociando indenizações, ou então simplesmente assistindo às promessas dos governantes e parlamentares. Chegou a hora da classe operária dar um basta a essa passividade, que só ajuda os capitalistas a demitirem, imporem os PDVs e reduzirem os salários.

O Boletim Nossa Classe luta para



que os sindicatos rompam com a política de conciliação de classes e passem a organizar imediatamente um movimento de defesa dos empregos e salários. Que as centrais sindicais convoquem manifestações em todo o país contra o fechamento de fábricas, estatização daquelas que são fechadas e imposição do controle operário da produção.

Boletim Nossa Classe – Ceará

Campanha contra o fechamento da Ford e demissões.

O POR realizou um ato político e panfletagem no Boletim Nossa Classe na fábrica têxtil Guararapes, onde os operários receberam positivamente nosso boletim. No ato, procuramos explicar as razões do fechamento da Ford, e vincular o problema do desemprego geral, as demissões da multinacional, e como responder com os métodos da classe operária (greve com ocupação e estatização sem indenização).

Houve a divulgação do Boletim Nossa Classe local, contando o problema específico da Ford no Ceará, que diz respeito à fábrica de jipes Troller. Como os operários da Ford de Horizonte só retornam no dia 25 de janeiro, o POR fez a campanha junto à vanguarda e nas fábricas em que atua. Reproduzimos o Boletim Nossa Classe local.

Fechamento das fábricas da Ford atinge Troller no Ceará:

Que o sindicato convoque imediatamente a assembleia e organize a luta pelos empregos! Pela estatização sem indenização!

O anúncio do fechamento das fábricas da Ford no Brasil atingiu em cheio os operários na Troller, no Ceará. A unidade de Horizonte, na região metropolitana de Fortaleza, é uma das três fábricas a serem desativadas. As outras duas são as de Taubaté (SP) e Camaçari (BA). O fechamento da Troller acarretará, além da perda de importante fábrica para o estado, a demissão de mais de 470 trabalhadores.

A Troller, que começou como uma empresa cearense de jipes, foi adquirida pela Ford em 2007. Suas atividades serão mantidas somente até o final deste ano, depois centenas de pais e mães de família serão lançados no desemprego. Diante dessa situação, qual tem sido a resposta do Sindimetal Maracanaú, (o mesmo sindicato que representa a nós, da Durame-tal)? Silêncio, lamentações e paralisia. Nenhuma assembleia foi convocada! Nenhum plano para discutir com a categoria sobre como lutar pelos empregos e manter a unidade funcionando. A direção do Sindicato apenas torce para que o governo do estado, Camilo Santana (PT), possa intervir e mediar,

junta à direção da Ford, a revenda da empresa para outra companhia, como a Toyota, esperança final da burocracia sindical e do governo.

Empresários do setor e a imprensa burguesa (dos patrões) tem dito que a saída da Ford é resultado do atraso do país na aprovação de mais reformas no Congresso, como as que lascam o trabalhador, rebaixam seu salário, destroem a Previdência etc. Já as direções dos sindicatos e centrais sindicais (CUT, Força, CTB etc.) têm dito que o fechamento da empresa é resultado da política econômica de Bolsonaro/Guedes, que aprofundou a recessão no Brasil.

Nem uma, nem outra; o fechamento da Ford é resultado da profunda crise mundial capitalista, que atingiu a poderosa multinacional estadunidense. A concorrência internacional é

cada vez mais acirrada, e o mercado consumidor, ao contrário, cada vez mais estreito; e isso, à medida que os salários vão ficando mais baixos, e o desemprego mais alto. Diante da crise econômica brutal, os trabalhadores não podem lamentar sua sorte, e esperar ajuda dos governos para requalificação e recolocação no mercado de trabalho. Os mesmos governos que ajudaram a Ford com R\$ 20 bilhões sempre deixaram à míngua o trabalhador. Não será diferente dessa vez.

Em todo o Brasil, várias fábricas vêm sendo fechadas, e os operários colocados na rua. A saída é se organizar, exigir assembleias dos sindicatos, defender os empregos com a greve! Defender a ocupação da fábrica, o controle operário da produção, e exigir a estatização da empresa, sem indenização.

Assembleia dos metalúrgicos de Taubaté



A assembleia, que aconteceu em Taubaté, no dia 13 de janeiro, foi a segunda na região, após o anúncio do fechamento das fábricas da Ford no dia 11. A assembleia aconteceu em frente à Câmara dos Vereadores. Iniciou com um tom condente de solidariedade aos demitidos e suas famílias. Estavam presentes em torno de 400 operários, que esperavam quietos o pronunciamento das direções sindicais. Fizeram uso da fala dirigentes sindicais, deputados e vereadores. O POR esteve presente com o Boletim Nossa Classe.

O POR foi a única corrente de esquerda que distribuiu o boletim com sua posição diante do fechamento. No momento em que o boletim estava sendo distribuído, o deputado estadual Barba/PT aproveitou para condenar o Nossa Classe (como sempre fizeram os burocratas nas assembleias metalúrgicas), dizendo que os operários tinham ali o seu sindicato e sua política. O presidente nacional da CUT, Sergio Nobre, chegou a ler o título do Boletim, para rejeitar a bandeira de estatização da montadora, com o argumento de que era necessária a estatização, mas quem poderia garantir isso era o

governo federal. Contrapondo-se, assim, às bandeiras de ocupação, controle operário e estatização sem indenização, como a única via de defesa dos empregos.

A assembleia foi tomada pelas falas de direções sindicais reformista e centrista, que não apresentaram nenhuma proposta concreta sobre o que os operários deveriam fazer para defender seus empregos e o não fechamento da planta naquele município. Apesar de falarem da necessidade de nacionalizar/estatizar, a política apresentada pelas direções reformistas e centristas foi a de que essa estatização virá da pressão ao governo Bolsonaro e da pressão judicial. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC apenas mencionou o fechamento da planta da Ford em São Bernardo, em 2019, mas não pôde relatar que as medidas tomadas pelo sindicato levaram ao fracasso. A planta foi fechada, não houve a compra pela Caoa, e o terreno foi vendido para uma imobiliária.

Apesar de falas acaloradas, de preocupação com as famílias dos operários sem o emprego, dos prejuízos que causará à economia local, e da culpabilização ao governo por não

garantir a nacionalização, não deixando de responsabilizar também os operários que votaram em Bolsonaro, não houve nenhum encaminhamento de luta, que envolvesse a classe operária de conjunto. O presidente da CUT, Sérgio Nobre, tentou encorajar a assembleia, dizendo que era possível reverter a decisão de fechamento com a ajuda das “autoridades”. Disse que a imprensa acusa a CUT de não falar com o Bolsonaro, mas “não é verdade, é o Bolsonaro que não fala com a gente”, e quem os recebeu, depois de muita cobrança, segundo ele, foi o general Mourão, vice-presidente da República. E a resposta do Mourão foi a de que a agenda do Bolsonaro estava cheia e não poderia falar sobre a Ford. Por fim, ressaltou que era preciso juntar os três governadores, dos três estados diferentes onde as plantas serão fechadas, São Paulo, Ceará e Bahia, para também “sentar” com o governo federal.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos/CSP-Conlutas falou da necessidade de estatizar e nacionalizar, sem dizer como materializar essa bandeira. Genericamente, apontou que o caminho está na resistência dos trabalhadores da Ford em travar uma luta contra a perda de direito, redução de salários e acordos rebaixados, e na necessidade de se fazer um ato nacional, mas sem apresentar uma proposta. Defendeu que, se a empresa decide ir embora, é preciso estatizar, dizendo que é preciso ter uma empresa nacional, pois, estas montadoras tiram dinheiro da saúde e da educação, depois fecham suas portas e vão embora.

O representante do Sindicato dos Condutores da região chamou a atenção dos trabalhadores por votarem em quem votaram, típico dos reformistas, quando o PT não está no poder. Avaliou que as empresas vão embora, porque “os empresários não têm expectativa de melhora econômica no Brasil” e assim “os governantes falam que não têm o que fazer sem uma política industrial”. De fato, é importante ter a indústria no país para melhorar a economia, mas só uma política operária revolucionária é capaz de concretizar essa defesa.

Os dirigentes do Sindicato e Federação dos bancários disseram que, no mesmo dia que foi anunciado o fechamento das plantas da Ford, foi também anunciado o fechamento de 300 agências do Banco do Brasil, demitindo 5 mil bancários. Como os demais, não hesitaram no falso discurso de se solidarizar, e nada disseram sobre a unificação da luta em defesa dos empregos, que seria o mínimo esperado, diante dos anúncios de milhares demissões em um único dia.

O coordenador do Comitê Sindical da Ford/Taubaté ini-

ciou sua fala agradecendo aos vereadores e deputados. Criticou o governo federal e estadual. Passou os informes sobre a reunião que fizeram com o prefeito de Taubaté, em que estava presente a Secretária do Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Patrícia Ellen, que participou do fechamento da planta de São Bernardo, colocou que a reunião foi tensa, porque prefeito e secretária já deram a situação por encerrada, e disseram que agora a preocupação era a “requalificação” dos operários demitidos. A resposta do coordenador do Comitê Sindical foi de que “não dá para o governo fechar de forma passiva a Ford”, e que “os trabalhadores estão fazendo sua parte”. O representante da FETEC São Paulo/CUT (A Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de São Paulo) colocou que a luta é de todas as categorias, e a culpa era de Bolsonaro, por dizer que o Brasil está quebrado, motivando as empresas a irem embora. Como se vê, havia uma unidade no discurso: solidariedade aos operários demitidos, pressão às autoridades governamentais e judiciais, e crítica a Bolsonaro.

O representante do Sindicato dos Condutores da região chamou a atenção dos trabalhadores por votarem em quem votaram, típico dos reformistas, quando o PT não está no poder. Avaliou que as empresas vão embora, porque “os empresários não têm expectativa de melhora econômica no Brasil” e assim “os governantes falam que não têm o que fazer sem uma política industrial”. De fato, é importante ter a indústria no país para melhorar a economia, mas só uma política operária revolucionária é capaz de concretizar essa defesa.

O presidente do Sindmetau de Taubaté, Claudio Batista, encerrou a assembleia com a fala de que a luta está organizada passo a passo, que o objetivo estratégico da assembleia no dia 13 era o de mostrar que os trabalhadores não estão sozinhos nessa luta, que “a CUT, a maior central da América Latina, está por trás dessa luta”. Assim, foi votada a proposta de uma Audiência pública virtual, e uma reunião com todas as centrais dos Estados, onde a planta da Ford será fechada. Terminada a assembleia, os demitidos foram orientados a voltar para a casa. Não houve sequer uma manifestação nas ruas centrais do município.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Conversa com os operários da Ford, na vigília

Em uma das portarias da Ford/Taubaté, estavam reunidos cerca de 30 metalúrgicos. Militantes do Nossa Classe conversaram sobre o movimento contra o fechamento da fábrica. Mostraram os cartazes, apresentaram o Boletim, e disseram que estavam sendo colados em corredores fabris, e o boletim distribuídos em algumas montadoras do ABC. Um dos operários disse que conhecia o Boletim (certamente lembrando da distribuição no ato e assembleia em frente à Câmara Municipal, no dia 13). Os militantes poristas aproveitaram para explicar a campanha em torno às bandeiras da ocupação e estatização, sem indenização, como a única via para a defesa dos empregos. A partir desse momento, os operários se portaram sensivelmente de modo distinto. Passaram a fazer a avaliação que possuíam do movimento, não apenas do presente, mas também do passado. Avaliaram o fechamento da Ford no país como irreversível, e passível de se alastrar para outras fábricas, lembrando do fechamento da Mercedes em Iracemápolis. Disseram que a vigília tinha por objetivo impedir que a multinacional retirasse os equipamentos, pressionando assim para melhores indenizações na negociação. Disseram que a indenização asseguraria fôlego por volta de dois anos, período em que poderiam encontrar outro emprego. Reforçaram o informe de que tal negociação, com os sindicatos de Taubaté e Camaçari, apenas se daria na segunda-feira, e que, possivelmente, o sindicato convocaria uma assembleia na terça, para informá-los da proposta da Ford, quando, então, se pensaria em um calendário de mobilização. Perguntamos se haviam pensado na possibilidade de uma contraproposta, e a resposta foi não.

Ao perguntarmos sobre a bandeira de “ocupação da fábrica”, responderam entendê-la como radical e impraticável no momento. Mas, avaliaram ser importante propagandear-la, como uma “semente a ser plantada”, num quadro em que “ninguém defendia tais medidas radicais por ali”. Nesse momento, passaram a lembrar de greves passadas, nas décadas de 1980 e 1990. Um dos operários trabalhou em uma montadora do ABC nessa época, e lembrou ter tomado conhecimento de operários atear fogo em carros durante uma greve na Ford. Afirmou que os operários eram mais combativos, o que permitiu um “período de conqui-

ta de vários direitos”. Na sua avaliação, essa combatividade foi se perdendo, principalmente por conta das demissões. Lembrou que a Ford de Taubaté possuía, em 1996, aproximadamente 3 mil operários, e hoje não passam de 800. Disse que a “estratégia adotada pelo sindicato não foi boa”, se mostrando muito permissível aos ataques da multinacional. Na avaliação do operário, a perda de direitos se intensificou, principalmente a partir de 2012, chegando ao ápice no governo de Temer, com a reforma trabalhista. Afirmou que a “ideia” de ocupação precisaria chegar à “política” (aos governos), para que eles intervissem em favor da fábrica. Recearam que uma ocupação poderia desencadear boicotes dos fornecedores e compradores.

Os militantes poristas explicaram que a defesa da ocupação da fábrica se justificava pela gravidade da ação da multinacional. A ocupação é uma medida de força, radical, mas a única capaz de defender os milhares de empregos destruídos. Afirmamos estar de acordo com a avaliação da irreversibilidade da saída da Ford do país, que se explica pela crise de superprodução. Nesse quadro, a garantia da manutenção dos empregos se daria pela estatização, que somente se realizaria por meio da força de sua ocupação pelos operários. Explicamos que tal ocupação não seria o resultado da ação isolada, de um grupo de pessoa, mas de uma ação coletiva, parte de um movimento nacional em defesa dos empregos, a ser impulsionada pelas centrais sindicais. Os operários concordaram com o conteúdo que demos à ocupação da fábrica. Muito embora, fosse uma concordância passiva. Eis que perguntamos sobre participação das centrais sindicais no movimento. Responderam que muitas centrais sindicais compareceram na primeira assembleia, manifestando apoio. Fato esse, segundo os operários, há muito não observado, destoante da prática comum de aparecerem apenas em momentos de eleição do sindicato. CUT, Força Sindical e Conlutas – as forças que atuam na região – aos olhos dos operários, estavam em constante rixa, e não em unidade.

Sobre a intervenção dos operários na assembleia, disseram que a direção do sindicato faz uma consulta prévia acerca de uma determinada proposta e, na assembleia, colocava em votação.

O que foi a audiência pública na Assembleia Legislativa

A videoconferência, organizada pelo PT, centrais e sindicatos, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), no dia 20, serviu para sindicalistas e parlamentares fazerem pronunciamentos condenando o fechamento da Ford e, até certo ponto, analisando o processo de desindustrialização, que se vem passando no Brasil. As denúncias sobre a atitude da montadora, que recebeu bilhões de reais, a título de subsídios e renúncia fiscal, já estavam suficientemente estampadas pela grande imprensa, e até

mesmo pelo governo Bolsonaro. Certamente, os participantes da videoconferência não foram à raiz de tamanho servilismo do Estado brasileiro, e houve quem teve a petulância de elogiar o programa do governo petista Inovar-Auto, que favoreceu enormemente as multinacionais. Ao ficar no meio do caminho, não teve como explicar o fracasso da política de fazer concessões ao capital monopolista, em nome da produção nacional. A estimativa de que o fechamento das fábricas poderá causar

o desemprego na cadeia produtiva, na ordem de 118 mil empregos, também já havia sido divulgada pelos jornais, como resultado dos cálculos do Dieese.

A novidade foi que o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, Paulo Cayres, se referiu à necessidade de expropriação da Ford. Também se fez uma menção à ocupação da montadora. Cayres retrucou ao possível questionamento de que seriam medidas radicais. Respondeu que “*radical é demitir trabalhadores em plena pan-*

demia". Essa colocação ficou perdida em meio ao principal objetivo da videoconferência, que foi o de propor ações parlamentares em torno à desindustrialização e a uma política industrial. O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, convidou as demais centrais e aos deputados a se enfileirarem por trás da convocação de uma CPI sobre a renúncia fiscal e benefícios às montadoras. Tudo indica que o PT não tem interesse, uma vez que seu governo é um dos grandes responsáveis. Os deputados se mostraram entusiasmados com a ideia de formar um "comitê em defesa da indústria nacional". A única colocação que poderia impulsionar a luta contra o fechamento da Ford foi a de ocupação e nacionalização. Vimos, no entanto, que não passou de palavreado. As direções sindicais, envolvidas diretamente no conflito, estão à procura de comparecer como negociadoras das indenizações.

O cinismo dos participantes se estampou claramente quando se fez referência ao fechamento da Ford de São Bernardo, em 2019, responsabilizando

apenas o governador Doria. As manobras sobre a possibilidade de transferência da planta para a Caa/Chery contaram com a participação da direção do sindicato, que soube utilizá-la muito bem para enganar as assembleias, e evi-

Não há como as direções sindicais se esquivarem da responsabilidade do fato de a Ford trancar as portas na cara dos operários, desconhecer os sindicatos, e não dar a mínima para o governo. Não vimos nenhuma seriedade, nenhum propósito prático da colocação de Cayres sobre a ocupação e nacionalização da Ford.

tar qualquer revolta dos operários. As assembleias e as vigílias, agora, promovidas pelas direções burocráticas, visam tão somente a obter acordos indenizatórios. O outro ponto alto do cinismo foi quando o desembargador do trabalho, Jorge Luiz Souto Maior, descreveu em ordem cronológica as medidas de

destruição de direitos, que foram se enfileirando desde a ditadura militar, que acabou com a estabilidade no emprego e abriu caminho para o trabalho temporário. O restante foi imposto pelos governos da democracia burguesa, após o fim da ditadura. Souto Maior mostrou o quão perniciosas foram as medidas, como lay-off, banco de horas, entre outras, aos trabalhadores. Esqueceu-se de dizer que as direções sindicais ali presentes contribuíram decisivamente para suas adoções e aplicações.

Não há como as direções sindicais se esquivarem da responsabilidade do fato de a Ford trancar as portas na cara dos operários, desconhecer os sindicatos, e não dar a mínima para o governo. Não vimos nenhuma seriedade, nenhum propósito prático da colocação de Cayres sobre a ocupação e nacionalização da Ford. Mas, é sintomático que tenha se pronunciado assim, quando o POR lançou a campanha, imediatamente ao fechamento da Ford, pelas bandeiras de ocupação, controle operário e estatização sem indenização.

Ato das centrais em frente a uma das concessionárias da Ford, no bairro do Ipiranga

No dia 21 de janeiro, CUT, Força Sindical e UGT realizaram um ato contra o fechamento da Ford Brasil, em frente a uma concessionária. Representantes da CSP-Conlutas e outras centrais também estiveram presentes. Tratou-se de uma manifestação limitada a dirigentes sindicais. Durou cerca de uma hora, e houve o fechamento da avenida, nos 15 minutos finais.

A maioria dos discursos foi de indignação à posição da Ford, de fechar as fábricas no Brasil, depois de receber, anos a fio, milionários subsídios governamentais. Vagner Freitas, um dos dirigentes da CUT, apresentou duas propostas. A primeira seria o governo nacionalizar a empresa, e torná-la uma "cooperativa", sob controle dos trabalhadores. A segunda foi a venda do terreno e dos maquinários da empresa para outra montadora. Exemplificou com o que chamou de "nacionalização" da GM, nos Estados Unidos, pelo governo Obama. Também se referiu à defesa do impeachment, dizendo que, para Rodrigo Maia (DEM), "se diferenciar de Bolsonaro", deveria levar adiante a votação do pedido de impeachment.

O representante da CSP-Conlutas, Altino, disse que é preciso "exigir" que a Ford fique no país, e que, somente no caso de a empresa não ficar, "devemos abrir o debate" sobre a ocupação da empresa e sua possível estatização.

Tomou, portanto, a ocupação e estatização das fábricas da multinacional como uma mera possibilidade, e somente em último caso. Para a situação imediata, o dirigente da Conlutas também não apresentou nenhuma proposta concreta de intervenção.

O ex-candidato a prefeito de São Paulo, Guilherme Boulos/PSOL, falou em nome da Frente Povo Sem Medo. Atribuiu ao fechamento da Ford a falta de uma "política industrial". E que caberia ao governo impor taxas sobre a importação de veículos da Ford. Não apresentou qualquer proposta para que os trabalhadores viessem a combater o fechamento da fábrica e as demissões.

Em síntese, as intervenções das burocracias sindicais mantiveram formalmente a defesa dos empregos e salários dos milhares de operários, que serão atingidos com o fechamento das fábricas. Nenhuma proposta concreta de intervenção, partindo da organização e ação própria dos explorados, foi colocada. As direções procuraram responsabilizar essencialmente o governo Bolsonaro pelo ocorrido. Ignoram que o fechamento da Ford no Brasil é expressão do processo de desindustrialização do país, como resultado do quadro geral de decomposição do capitalismo, em nível mundial. Não por acaso, as bandeiras de impeachment e Fora Bolsonaro estiveram presentes, desviando da

tarefa fundamental, que era a de apresentar as bandeiras e os meios de luta necessários para impedir o encerramento das fábricas.

O POR, ao contrário, defende a ocupação imediata das fábricas, sob a bandeira de estatização sem indenização, e controle operário da produção. Esse é o caminho concreto para combater o fechamento de qualquer fábrica e as con-

seqüentes demissões. As propostas do dirigente da CUT de nacionalizar a empresa e torná-la uma cooperativa não passam de palavreados, diante da posição real dos sindicatos de negociar as indenizações. A luta pela estatização, sob o controle operário, exige organizar um movimento geral da classe operária em torno da resistência dos operários da Ford, que teriam de ocupar as fábricas fechadas.

Assembleia da Ford em Camaçari, Bahia

No dia 22 de janeiro, ocorreu mais uma assembleia. O sindicato informou sobre as negociações com a montadora em relação aos empregos, às indenizações e sobre o parque industrial. Informou, também, das reuniões com as embaixadas da Coreia do Sul, Japão e Índia, na tentativa de encontrar empresas interessadas em aproveitar as instalações da Ford. No ato político do dia anterior, já havia ocorrido um culto ecumênico, envolvendo várias igrejas.

O presidente do sindicato, Júlio Bonfim, também militante do PCdoB, fez uma longa explanação, mesclando as propostas com as consequências do fechamento da fábrica para o estado, e o desemprego de milhares de operários. Eis suas principais propostas: 1) reativação da fábrica, por meio de uma pressão política e jurídica. Caso não seja possível, o sindicato negociará as indenizações; 2) que a Ford cumpra a estabilidade coletiva de 37 meses, o que significaria manter a fábrica funcionando até o término da estabilidade; 3) nenhum corte de salário, até a solução para o complexo da Ford; 4) intensificar as reuniões com as instituições, como o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho, e autoridades (governadores, prefeitos, parlamentares); 5) criar mecanismos para impulsionar uma comoção social jun-

ta à população, particularmente entre os setores que têm dependência com a montadora; 6) manter as camisas penduradas em torno à fábrica, chamando a atenção da situação imposta pela Ford aos operários e suas famílias.

Em meio a essas propostas, o burocrata do sindicato ia mostrando a intenção da montadora e a importância das negociações. Disse que a Ford propõe indenizações irrisórias, inclusive menor que o PDV, aplicado em 2020, que foi de 93 mil reais. Ressaltou que a empresa tem sido prepotente até com o Ministério Público Federal. Comparou a negociação que está sendo feita em Taubaté, de dois salários por ano trabalhado, com a de Camaçari, de 0,83 salários por ano trabalhado, e para os mensalistas, 0,55 do salário. Enfatizou que foi positiva a reunião com o governador do estado, referindo-se a Rui Costa, do PT, com as embaixadas, em especial com a da Índia. Falou que há um entrave, que é a desapropriação do terreno. Alertou aos operários que a montadora está desesperada para produzir as peças, e que não devem atender ao chamado. Depois de contar todas essas historietas, disse que essas negociações são muito mais cansativas que uma greve, porque, na greve, com a fábrica parada, o patrão está com pressa para retomar a produção. Por fim, encerrou com sua proposta

inicial de “reativação da fábrica, “mas se não for possível, terá de “entrar com a discussão indenizatória”.

O próprio presidente do sindicato lembrou que fez inúmeras concessões à Ford, a exemplo dos PDVs e da aplicação da MP 936, que reduziu jornada e salário. Nada disso, porém, evitou o fechamento da fábrica. Serviu, por outro lado, para enfraquecer o movimento operário, que em todo o país sofreu e sofre com a paralisia ditada pela política de colaboração de classes da burocracia sindical. Agora, os operários da Ford de Camaçari se encontram desarmados, política e organizativamente, para resistir ao fechamento da fábrica e às demissões. Caso a direção sindical tivesse conservado um mínimo de classismo, teria conduzido os metalúrgicos a ocuparem imediatamente a fábrica, imporem o controle operário da produção e levantarem a bandeira de estatização, sem indenização. A informação de que a Ford quer que se retome o trabalho por um período deveria servir para a direção e os operários mais avançados planejarem a ocupação da fábrica. A orientação do burocrata de não voltar ao trabalho não resultará em combate contra o fechamento. Servirá apenas como moeda de troca para as negociações em torno às indenizações.



Assembleia da Ford Taubaté

Sindicato mantém operários na paralisa frente às demissões

No dia 22 de janeiro, ocorreu a quarta assembleia da Ford de Taubaté. Estiveram presentes aproximadamente 200 operários, de um total de 800. Compareceram também algumas correntes, como o POR, o PCB e o MRT. Das centrais sindicais, marcou presença apenas a CUT, a qual o sindicato é filiado. A assembleia foi aberta pelo sindicato, e quatro diretores fizeram uso da fala, sendo uma delas do presidente, que anunciou e encaminhou à votação sete pontos de contraproposta à Ford, protocolada no Ministério Público do Trabalho. Na sequência, passou-se a palavra a um representante da CUT. A seguir, entrevistaram três militantes de correntes: primeiramente o POR, depois o PCB (Unidade Classista), concluindo com a intervenção de um professor, conselheiro da região de Osasco (também do PCB). Por fim, o sindicato encaminhou as medidas organizativas.

Os diretores sindicais iniciaram avaliando positivamente os atos em frente às concessionárias, ocorridos no dia anterior. Tal medida teria como objetivo desgastar a imagem da multinacional. Com isso, a Ford deveria entender que “sua saída não seria aceita de modo tranquilo”, mas recriminada pela opinião pública, que buscava a “penalização social da fábrica”. Os diretores sindicais também reivindicaram a participação ativa dos poderes públicos, por meio de taxações dos carros importados da Ford. Criticaram a empresa por impor um calendário de negociação diário, quando o sindicato havia decidido por flexibilizar a agenda, de modo a reservar alguns dias para mobilizações, assegurando o “compromisso com os trabalhadores”. Afirmou que não aceitariam as imposições da Ford, e, uma demonstração disso seria não aceitar o calendário de negociação da empresa.

Avaliaram a proposta de indenização da Ford como indecente e vergonhosa. Insistiram que o “objetivo do sindicato é retomar a produção na planta de Taubaté”, não sendo o “momento de discutir a indenização”. Mas, como havia trabalhadores interessados nesse tema, então o sindicato se pronunciaria a respeito. Frisaram lutar por “reverter a decisão da Ford”, mas, na “inevitabilidade do fechamento”, então, “fariam a negociação financeira”. Informaram enfaticamente não serem os responsáveis por abrir a negociação de indenização com a multinacional. Que os trâmites estavam se dando por intermédio do Ministério Público do Trabalho. Que a iniciativa havia sido da Ford, que protocolara sua proposta, e, agora, pedia o posicionamento do sindicato. Assim, a resposta do sindicato à proposta de indenização da multinacional, não passava de um “trâmite processual”.

A seguir, transcrevemos os sete pontos apresentados e defendidos pelo sindicato na assembleia, aprovados por unanimidade.

1. *Pagamento da estabilidade de emprego, conforme acordo coletivo, vigente até 31 de dezembro de 2021;*
2. *Devem ser preservados os direitos oriundos das cláusulas convencionais de garantias de emprego para o trabalhador lesionado, em razão de natureza de reparação civil, no dano causado pela lesão acidentária, desta forma se torna obrigatório a garantia do pagamento dos salários aos trabalhadores que possuam direitos adquiridos de doença ocupacional, vitimados de acidente de trabalho, até a sua devida aposentadoria;*

3. *Garantia de pagamento de salário ao empregado que porventura tenha estabilidade pré aposentadoria, conforme cláusula convencionada em acordo coletivo de trabalho;*
4. *Não concordância com cláusula de quitação ampla, geral e irrestrita do contrato de trabalho, uma vez que não estamos discutindo acordo coletivo de Demissão Voluntária, e sim de dispensa coletiva, motivada pelo encerramento da atividade fabril,*
5. *Garantia dos pagamentos dos processos dos trabalhadores, dos quais são assistidos ou substituídos processualmente pelos sindicatos, que versam sobre o direito de insalubridade e periculosidade;*
6. *Valores da indenização pelo custo social das demissões e do encerramento da unidade da Ford Taubaté de forma igualitária a todos os trabalhadores, pois, o desemprego afetará a todos de maneira idêntica, independente de quanto tempo possuam de trabalho na empresa,*
7. *Garantia de indenização pelo custo social das demissões do encerramento da fábrica a todos os trabalhadores terceirizados da fábrica, pois, as terceirizações ocorridas foram fruto de vários acordos coletivos de trabalho do sindicato com a empresa, revisada a garantia da continuidade da fábrica de Taubaté, o que se mantida, a posição de encerramento da produção, não foi concretizada.*

Observamos que, ao longo da leitura desses pontos de contraproposta, o presidente do sindicato fez questão de acentuar dois pontos, o primeiro e o sexto. Segundo o sindicalista, “a Ford teria de pagar os salários até 31 de dezembro”, por causa da estabilidade. Não admitiu discussão sobre esse ponto, argumentando que era direito dos trabalhadores. Acentuou também que, no passado, o sindicato “havia feito cláusulas sociais, que tiraram ou diminuíram a questão do vencimento, dentre eles, o PLR e a data base”, impactando a todos os trabalhadores, portanto, agora “a fábrica teria de pagar igual para todo mundo, porque todos deixaram de receber a data-base e o PLR integralmente”.

Encerrada a votação, passou-se a palavra para um representante da CUT, reforçando a posição dos diretores sindicais, quanto ao objetivo de “lutar pela preservação dos empregos diretos e indiretos”. Chegou a citar a possibilidade de “encampar a ocupação e estatização” da fábrica. Porém, tais medidas seriam irrealizáveis no “governo irresponsável de Bolsonaro”, mas, não seriam em outro governo, mais sério. Concluiu afirmando estar na ordem do dia defender o fim do governo Bolsonaro.

Na fala do PCB, o único destaque foi a defesa integral que fizeram da política do sindicato. Desde a defesa da vigília, como fundamental na luta, passando pelo acerto nos atos em frente às concessionárias, de modo a denunciar a “marca” Ford, avançando para a defesa do movimento como via para garantir o pagamento das indenizações pela multinacional, concluindo na condenação do governo Bolsonaro.

Síntese da fala do POR.

A fala foi aberta em saudação ao movimento de resistência dos operários da Ford Taubaté. Apresentou-se como partido e como distribuidor do Boletim Nossa Classe. Mostrou que o fechamento da Ford não é um fato isolado, e sim parte de uma tendência econômica geral das multinacionais, de fechar instalações e os postos de trabalho em

todo o mundo, para preservar as fábricas nos Estados Unidos e Europa, ameaçadas pela crise mundial do capitalismo. Apontou que se trata, por isso, de uma luta contra um gigante; mas que a classe operária, unida, também é um gigante, capaz de combater e derrotar as multinacionais. Lembrou que não são só os 6 mil postos de trabalho da Ford que estão ameaçados; são mais de 60 mil em toda a cadeia produtiva, e 118 mil se se considerarem os empregos no comércio e afins. Por isso, é uma luta geral, que afeta toda a população. Insistiu que “é preciso e é possível lutar contra o fechamento da Ford”, título do boletim Nossa Classe especial, voltado à assembleia. E que, se a Ford queria sair do país, que o fizesse, mas que a fábrica deveria ser estatizada e colocada sob o controle operário. Defendeu propostas concretas de ação, que superassem as vigílias e se dirigissem aos demais trabalhadores afetados na linha de produção e na cidade: que se formassem comissões para ir aos operários das empresas fornecedoras da Ford e chamá-los a defender os empregos ameaçados com o fechamento da multinacional; convocar uma assembleia popular em frente à Câmara dos Vereadores da cidade, convocada junto aos demais trabalhadores e a juventude, que formasse um comitê popular de apoio à luta dos operários da Ford; que os sindicatos e centrais convocassem as assembleias em todas as fábricas, e que aprovassem medidas efetivas de apoio; que lutássemos pela abertura dos livros caixa da Ford, para vermos qual é sua real situação, o que se fez com todo o apoio governamental e os lucros. Concluiu defendendo a luta geral em defesa dos empregos, que são o mínimo elementar e fundamental para a sobrevivência dos operários e de suas famílias.

As “questões organizativas”, como se referiu o sindicato, foram os últimos encaminhamentos, a saber: 1) no mínimo uma assembleia por semana; 2) no mínimo um ato por semana; 3) vigília permanente e 4) construir uma frente ampla de unidade com toda a sociedade, junto a todos os poderes da República e junto a todas as entidades de classe e organizações sociais. Votados esses pontos, a assembleia foi encerrada.

Conclusão

O discurso contraditório do sindicato – defesa do não fechamento da fábrica enquanto negocia pontos de indenização – é reflexo da contradição que vive a própria direção sindical. Durante

muitos anos, a direção foi aceitando a imposição, pela empresa, de medidas de demissões e cortes de direitos, que levaram à redução de seu quadro, de 3 mil operários nos anos de 1990, para os atuais 800. Essa semente foi plantada junto aos operários, durante décadas: que, diante das imposições e ameaças da empresa, cabia negociar as perdas. Não tem, assim, como superar a política de conciliação de classes, praticada desde décadas, e incapaz de reverter a decisão da multinacional. Nessa contradição, o elemento determinante é a política de conciliação de classes, e é o que prevalece na prática.

Os trabalhadores que compareceram à assembleia ouviram a direção defender os empregos e o não fechamento, mas certamente viam que as propostas aprovadas, enviadas ao Ministério Público do Trabalho, só se realizarão com o fechamento da empresa. Os operários sabem ver bem o que é prático e o que é falação. Diante da posição do sindicato, preferem o certo ao duvidoso. Sem a reivindicação clara de defesa do emprego, não se organiza a luta coletiva. A reivindicação de indenização leva à passividade – vigílias, desgaste da marca Ford, ato ecumênico. A real defesa do emprego e do não fechamento da fábrica leva ao confronto, às manifestações de rua, à ocupação das fábricas, e defesa da estatização sem indenização.

A declaração do representante da CUT na assembleia, de que a culpa era do Bolsonaro e que somente com um “outro governo” seria possível encampar a ocupação e estatização, deu a linha eleitoreira para a situação: uma política que desvia a ação da classe operária para as instituições da burguesia, essa que está em ofensiva brutal contra os assalariados, com qualquer que seja o governo. Os desvios só podem levar à derrota. Somente um choque frontal com a multinacional pode defender os empregos e salários. Choque que deve ser geral, de classe contra classe. E que se realiza por meio dos métodos próprios da luta de classes.

Uma direção revolucionária busca a resposta para o ataque patronal na força da unidade operária ao redor das reivindicações gerais e mais sentidas, em seus métodos próprios de luta, e com total independência de classe. Hoje, isso levaria a uma total rejeição da negociação de indenizações, como parte da política de conciliação de classes, e na defesa intransigente dos empregos, por meio da ocupação das fábricas e da estatização sem indenização, sob controle operário.

Uma direção revolucionária busca a resposta para o ataque patronal na força da unidade operária ao redor das reivindicações gerais e mais sentidas, em seus métodos próprios de luta, e com total independência de classe. Hoje, isso levaria a uma total rejeição da negociação de indenizações, como parte da política de conciliação de classes, e na defesa intransigente dos empregos, por meio da ocupação das fábricas e da estatização sem indenização, sob controle operário.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas
(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Atos presenciais

Pernambuco

Atos em Recife contra a demissão política do policial e sindicalista Áureo Cisneiros (PSOL)

Nos dias 11 e 18 de janeiro, aconteceram atos de rua contra a exoneração de Áureo Cisneiros, ex-presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco, e atual diretor de comunicação da entidade. A perseguição política do governo de Pernambuco (PSB/PCdoB) atinge toda a direção do sindicato, que já acumula 50 processos administrativos, 17 deles em nome de Áureo. O ato do dia 11 ocorreu no Monumento Tortura Nunca Mais, predominou a vanguarda

partidária e dirigentes sindicais. Houve microfone aberto às organizações que manifestaram sua solidariedade, o repúdio à demissão política e a defesa das liberdades sindicais. No dia 18, o ato foi mais voltado às entidades da polícia civil, ocorreu em frente à chefia da Polícia Civil. As falas denunciavam as condições precárias em que os policiais exercem sua função, a defesa da luta sindical em torno da defesa dos salários e direitos dos servidores públicos.

O POR interveio exigindo a reintegração de Áureo, mostrou que a repressão é parte dos ataques gerais contra lutas no campo e na cidade. Apontou que, com a pandemia, os patrões e governos estão aproveitando para retirar direitos, e querem amarrar as mãos e pés dos trabalhadores, ao atacar as liberdades sindicais. Nos dois atos, houve a divulgação do manifesto e uma banca de materiais, contendo, especialmente, o jornal Massas e o novo livro sobre a Pandemia.

São Paulo

Em defesa do passe livre dos idosos

Diante da decisão de Doria e Covas em retirar a gratuidade no transporte para idosos de 60 até 64 anos, um ato ganhou as ruas na avenida Paulista, no dia 9 de janeiro. A manifestação foi inicialmente convocada pelo sindicato dos idosos, coletivo Mães de Maio da Leste, e pelo Movimento Passe Livre (MPL). Chama a atenção o fato de que, mesmo aqueles que convocaram o protesto, não puseram força, e mandaram apenas representação. A mesma tônica se aplica às correntes que, na prática, abandonaram esse movimento. Algumas não apareceram, e a maioria esteve presente timidamente. Entre as centrais sindicais, apenas a Intersindical apareceu. O boletim do POR foi o único na manifestação, e apenas nós comparecemos com uma caixa de som, que, apesar de pequena, foi o que permitiu que os idosos, as correntes e sindicatos presentes se expressassem democraticamente.

Contou para a desmobilização uma liminar da justiça, que dava ganho de causa para os idosos, mas, como dissemos no ato, não se pode confiar na justiça burguesa. Dias depois, essa liminar foi derrubada, voltando o corte da gratuidade. O ato contou com aproximadamente 100 pessoas, e teve um caráter classista, principalmente dos idosos presentes, que expressaram a hipocrisia dos governos de mandar ficar em casa, e ao mesmo tempo cortam os direitos, obrigando as pessoas em grupo de risco a irem às ruas.

O ato presencial, de rua, para combater um ataque tão brutal do governo foi correto, mas precisa de continuidade. É fundamental



que se forme um comitê de luta pelo transporte, passe livre para os idosos, juventude e desempregados. Nesse sentido, podemos dizer que o movimento retrocedeu, já que o segundo ato, chamado pelo MPL e pelo Coletivo Direito da Pessoa Idosa, aconteceu no domingo (17) de forma virtual e com caráter parlamentar, com participação de vereadores e deputados. O movimento de pauta única, MPL, se mostra mais uma vez como um entrave na luta dos explorados, ao invés de impulsionar o movimento para os métodos próprios da classe operária, na rua, com bloqueios, chamando atenção da população e da mídia, retrocedeu para o mundo virtual. A tendência é que enterrem o movimento. É preciso rechaçar essa via, imposta por aqueles que seguem atemorizados com a política burguesa do isolamento social.

Ato no ABC Paulista em defesa do direito à gratuidade dos idosos nos transportes coletivos

No dia 12 de janeiro, ocorreu o ato organizado pelo Comitê Regional contra os Aumentos de Passagens no ABCDMRR. A manifestação foi composta, majoritariamente, por adolescentes vinculados à Associação Regional dos Estudantes Secundaristas (ARES-ABC). Além de ativistas independentes, idosos e professores ligados às subseções regionais da Apeoesp, estiveram presentes: UP/UJR, POR, PSOL, PSTU, UJC e PT, Emancipação Socialista e o Centro Político Marxista – Para um Novo Começo.

Após a concentração, o ato seguiu para o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, onde os prefeitos estavam reunidos para discutir, dentre outras coisas, a retirada do direito à gratuidade dos idosos de 60 a 64 anos nos transportes coletivos.

Realizou-se um jogral e foi passado um abaixo-assinado, a ser entregue para o presidente do Consórcio. Ao sair um primeiro carro do prédio do Consórcio, decidiu-se impedir a saída dos demais. Com isso, os prefeitos recorreram à repressão policial.

A UP/PCR, junto ao PSOL, defenderam que os governantes assinassem o abaixo-assinado para que fossem liberados, o que, de fato, ocorreu com os prefeitos de Mauá e Rio Grande da Serra. O POR, ao contrário, defendeu que o piquete fosse mantido até que o responsável pelo Consórcio viesse falar com os manifestantes. Percebida a divergência, antes que fosse à votação, os guardas garantiram a saída dos automóveis, empurrando os manifestantes com cassetetes. Posteriormente, foi proposta uma Comissão para conversar com os prefeitos. Em votação, deliberou-se enviar representação de algumas organizações, dentre elas o POR. Contudo, os prefeitos definiram que entrariam apenas 3 pessoas e, assim, foram enviados representantes da UP, PSOL e PT, diferente do que havia sido votado. Ao retornar, o informe da Comissão

foi de que os prefeitos se colocaram no sentido de manter o direito dos idosos – ainda que temporariamente, já que a discussão ficou de ser retomada mais para frente.

O POR interveio no ato com um manifesto e uma fala. A militância porista denunciou as demissões e paralisia das direções burocráticas, que abandonaram os trabalhadores durante a pandemia, se submeteram à política burguesa do isolamento social, fecharam as entidades e se refugiaram nas redes digitais. Concluiu, mostrando a importância da retomada das lutas nas ruas e o fortalecimento dos comitês populares, unindo empregados e desempregados, jovens e idosos. E enfatizando os métodos próprios dos explorados para enfrentar os ataques do patronato e dos governantes.

Panfleto Massas, distribuído no ato presencial em defesa da gratuidade do transporte aos idosos

Reproduzimos abaixo algumas passagens

**Caiu a liminar que garantia a gratuidade aos idosos nos transportes públicos
Pela criação de um comitê de luta em defesa do direito dos idosos e pelo Passe Livre!
Somente a mobilização nas ruas pode fazer os governos recuarem!
Nenhuma confiança na justiça e no parlamento burgueses!**

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acatou o pedido do governador Doria e suspendeu a liminar, que garantia a continuidade da gratuidade aos idosos no transporte público. (...) A gratuidade a partir dos 60, na capital e no estado de SP, vinha de 2013, como uma das conquistas da luta, que abriu as Jornadas de Junho daquele ano – na ocasião, o combate da juventude obrigou o governador Alckmin/PSDB e o prefeito Haddad/PT a recuarem no aumento de 20 centavos nas passagens. No final de dezembro de 2020, em nota conjunta, Doria e Covas (ambos do PSDB) anunciaram a retirada do benefício. (...) Diante da contestação, apresentada por algumas entidades representativas em defesa dos idosos, duas liminares, expedidas nos dias 7 e 8 de janeiro, devolveram a gratuidade nos âmbitos estadual e

municipal. A liminar que acaba de cair é a referente ao estado.

O golpe desferido por Doria e Covas sobre a população idosa, a qual depende do transporte público para acessar outros direitos, especialmente a Saúde, vem no bojo de um conjunto de outros ataques, com destaque para a contrarreforma previdenciária, que ampliou o tempo de contribuição e a idade mínima. Fora isso, o fundo municipal do idoso terá corte de 91% nos recursos, em comparação com 2020, passando de um orçamento de R\$ 2,7 bilhões, para R\$ 253,6 milhões, em 2021.(...)

O POR seguirá debatendo o seu programa sobre a questão, que sintetizamos abaixo:

- **Unificar trabalhadores, os aposentados, desempregados e a juventude oprimida, contra mais esse ataque de**

Doria, Covas e outros prefeitos!

- **Que as direções sindicais e estudantis convoquem imediatamente as assembleias presenciais, constituam os comitês de luta nos bairros, e aprovem uma verdadeira campanha para pôr abaixo mais essa medida contra os idosos pobres!**
- **Além de garantir a gratuidade para quem tem acima de 60 anos, é preciso conquistar o passe livre para estudantes e desempregados!**
- **Como o problema das tarifas de transporte faz parte do orçamento familiar, é preciso lutar em defesa de um salário que atenda às necessidades do trabalhador e sua família (salário mínimo vital)!**
- **Em defesa da estatização, sem indenização, de todo o sistema de transporte, sob o controle operário!**

Rio Grande do Norte

Boletim da Corrente Proletária na Educação

O Boletim da Corrente Proletária trouxe como chamado principal: “*É urgente a independência de classe da direção do SINTE-RN (PT). Pôr abaixo a burocratização do sindicato para organizar a luta contra os ataques do governo Fátima (PT/PCdoB)*”. Denuncia a assembleia virtual, em dezembro, convocada pelo Sinte para discutir a medida de governo que impôs definitivamente o ensino a distância. Criticou a posição da direção de não rechaçar a portaria do EaD, e o argumento de que “*não podiam defender a revogação da portaria, pois, muitos professores já haviam realizado as*

atividades não presenciais”. Como não era assembleia para a luta, pôde manobrar e rejeitar a proposta de revogação da portaria. Aprovou também a proposta de somente iniciar as aulas presenciais mediante a vacina. A Corrente Proletária na Educação vem denunciando e lutando contra a farsa das assembleias virtuais, que só têm servido para referendar as posições das direções burocráticas. Se, nas assembleias presenciais, já havia manobras, as assembleias virtuais são um terreno perfeito para a direção manipular livremente, sem qualquer pressão das bases. Para pôr

abaixo o EaD, somente a organização dos trabalhadores em assembleias presenciais. Para isso, é necessário conquistar a independência de classe, frente à direção do sindicato e do governo Fátima. Pela revogação da portaria 438! Abaixo a burocratização do SINTE-RN! Organizar a luta presencial já!

O Boletim trouxe, também, outras notas, como a prorrogação

do processo seletivo dos professores temporários por mais dois anos, e a reforma da Previdência do prefeito de São Gonçalo do Amarante, que aumenta a idade mínima das aposentadorias e as contribuições. E exige que as direções sindicais saiam da passividade, e convoquem as assembleias para aprovar a luta, de fato, contra os ataques dos governos à educação e aos servidores.

Boletim da Corrente Proletária na Educação – São Paulo

O Boletim conjunto de professores e funcionários, das redes públicas estadual e municipal de SP (Apeoesp / Sinpeem / Afuse), de janeiro, trouxe a campanha nacional do POR contra o fechamento da Ford e defesa dos empregos. Eis as bandeiras: *“Ford fecha suas fábricas e demite milhares. Ocupar as fábricas e impor o controle operário da produção! Exigir do governo a estatização, sem indenização!”*. Reproduzimos a seguinte passagem: *“Os operários precisam aprender a lição do passado. Diante da decisão recente, de fechar definitivamente as fábricas no Brasil, não podem confiar em suas direções traidoras. Devem acreditar em suas próprias forças, em seus métodos de luta, para garantir os empregos.*

Por isso, a Corrente Proletária na Educação defende a ocupação da fábrica pelos operários: 1. Com a ocupação, é possível mostrar a força da classe operária e a determinação de não permitir o fechamento e a destruição de milhares de empregos; 2. Com a ocupação, os operários de outras fábricas são chamados a defender os postos de trabalho, que estão sendo destruídos em toda a parte; 3. Com a ocupação, podem impor o

controle operário, defendendo junto à população a continuidade da produção. O que também permite mostrar que as montadoras ganham rios de dinheiro, contando com subsídios estatais, explorando nosso trabalho e o mercado interno; 4. Com as fábricas ocupadas e o controle operário, podem chamar a classe operária e demais explorados a exigirem do governo a estatização das fábricas da Ford, sem indenização. Esse é o caminho da luta, esse é o caminho da vitória”.

O Boletim, diante da imposição do retorno às aulas, exige que as direções sindicais convoquem urgentemente as assembleias presenciais, para que o professorado, coletivamente, decida o verdadeiro caminho da luta, que é nas ruas. Denuncia mais um ataque de Doria, por meio do “Banco de Talentos”, que nada mais é do que a redução dos contratos temporários, de 3 para 1 ano. Traz, também, a crítica à direção da Afuse, que está de costas diante da situação dos funcionários de escolas, que há muito já retornaram ao trabalho, e que são brutalmente sacrificados pelo salário de fome e a situação precária das escolas.

Pernambuco

A Corrente Proletária na Educação organizou, juntamente com outros movimentos, a VI Plenária do Comitê Classista de Lutas, que se realizou em 16 de janeiro. Foram dados informes das lutas, da campanha em defesa dos empregos, contra o fechamento da FORD. Foi aprovada uma nova campanha de colagem de cartazes, e uma moção de repúdio à demissão política de Áureo Cisneiros. Reproduzimos abaixo passagens do texto debatido e aprovado na plenária. *“Organizar a luta a partir das necessidades mais sentidas: saúde pública, vacinação imediata, empregos e salários”*. Eis: *“A crise sanitária aberta pela pandemia do Covid-19 revela muito sobre a marcha do capitalismo para a barbárie social; a impossibilidade de a burguesia aplicar a ciência e tecnologia desenvolvidas em benefício da maioria explorada; a guerra comercial dos monopólios em torno das vacinas; o saldo das décadas de precarização e privatização do Sistema Único de Saúde; e a vulnerabilidade dos organismos dos mais pobres e miseráveis provocados pela falta de acesso a moradia, saneamento, alimentação adequada; o que se liga ao baixíssimo valor da força de trabalho e falta de empregos. Todos estes elementos mostram como a crise sanitária não está acima da luta de classes. Esta conclusão, porém, foi ocultada pelas direções dos movimentos sindicais, populares e estudantis que clamaram por uma unidade nacional contra o vírus, em torno da política burguesa do isolamento social. Mostrar estes nexos e a necessidade de uma resposta classista a estes problemas é o objetivo desta declaração do Comitê Classista de Lutas”*.(...)

“O ataque combinado do vírus, dos governos e dos patrões gera revolta entre os explorados. Algumas destas revoltas explodem coletivamente em manifestações e greves. Houve vários protestos

de trabalhadores de saúde, levantes antirracistas, greves operárias, como a da Renault, e de trabalhadores públicos, como os dos Correios. No campo, a violência dos latifundiários e agronegócio foi respondida com lutas defensivas, havendo ações excepcionais, de camponeses pobres, no Norte e Nordeste de retomadas de terras. De maneira geral, as direções dos sindicatos e movimentos populares serviram de freio, pois, a conciliação de classes, no período, se traduziu na subordinação à política do isolamento social. Dias nacionais de luta foram desmontados, assembleias virtuais foram usadas para legitimar destruição de empregos e direitos, e greves foram desviadas para as ilusões no parlamento e judiciário. É urgente retomar os métodos presenciais de luta.

Em defesa da vacinação imediata de todos, começando pelos mais pobres!

Pela quebra das patentes e segredos comerciais!

Pela estatização dos laboratórios e indústria farmacêutica!

Pela estatização da rede privada de saúde, sem indenização, sob controle operário!

Por emprego para todos, salário mínimo vital e reajuste automático, conforme a alta do custo de vida!

Pela entrega das terras aos camponeses!

Abaixo a criminalização das lutas da pobreza, juventude e movimentos sociais!

Pela retomada e centralização das lutas em curso, por meio de comitês e assembleias!

Exigir das Centrais Sindicais que convoquem uma campanha nacional em defesa dos empregos, salários e saúde pública!”

Banco do Brasil lucra bilhões e demite milhares

No dia 11 de janeiro, a direção do Banco do Brasil (BB) anunciou o fechamento de 361 agências, ainda no primeiro semestre (sendo 112 agências bancárias, 7 escritórios e 242 postos de atendimento), e a demissão de 5.000 funcionários, entre outras medidas. O anúncio, que chama a atenção por si só, ganhou projeção ainda maior, por ser feito no mesmo dia em que a Ford anunciou a retirada de todas as suas fábricas do país.

Sob o eufemismo de “redimensionamento de sua estrutura organizacional”, o BB lançou um documento direcionado principalmente aos investidores com as explicações do plano. Em relação aos trabalhadores, consta um “Programa de Adequação dos Quadros (PAQ)”, para o que a direção considera excesso nas unidades, e um “Programa de Desligamento Extraordinário (PDE)”, até 5 de fevereiro. Com as medidas, o banco prevê uma economia líquida de R\$ 353 milhões, em 2021, e R\$ 2,7 bilhões, até 2025.

A base material dessa brutal onda de demissões, especialmente no setor financeiro, está na ampliação da composição orgânica do capital, com o incremento de maquinaria e tecnologia. Isto além de expulsar a força de trabalho da produção, precariza o trabalho dos que ficam, ou seja, aumenta a exploração. Nos bancos, a substituição do trabalho dos bancários por atendimentos virtuais, se apoia na terceirização do atendimento presencial para atendentes de telemarketing, uma categoria já conhecida pela superexploração.

O anúncio veio após o banco registrar lucro líquido de R\$ 3,08 bilhões, no terceiro trimestre do ano passado, com crescimento de 5,2%, em relação ao 2º trimestre do ano, mesmo afetado pela pandemia. Já nos primeiros nove meses de 2020, o lucro foi de R\$ 10 bilhões.

Em seu relatório anual mais recente, de 2019, indicava ter 93.167 empregados, em 4.356 agências, espalhadas por 99,2% dos municípios brasileiros, e em 16 países. À época, o banco possuía R\$ 1,47 trilhão em ativos, e patrimônio líquido de R\$ 108,6 bilhões. Naquele ano, o banco lucrou R\$ 18,1 bilhões, resultado 41,2% maior que em 2018. Como podemos ver, o banco está longe de ser deficitário, mas ainda assim, em meio à crise econômica, política e sanitária, lançou um plano draconiano, que vai atacar duramente a força de trabalho. É importante perceber que os governos burgueses se utilizam das chama-

das “reestruturações” das empresas públicas, mesmo quando dão lucro, para deixá-las em condições mais atrativas para a privatização.

A reação do governo foi contraditória. Bolsonaro, em um arroubo populista, anunciou a intenção de demitir o presidente do banco, mas essa ação entra em franca contradição com a pasta econômica, que tinha pleno conhecimento do plano, e ajudou em sua estruturação. O Banco só tornou público o processo de reestruturação depois de submeter todas as medidas ao crivo da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). O órgão faz parte do Ministério da Economia.

A situação não é muito diferente em relação aos bancos privados: lucros nas alturas e muitas demissões. Em outubro de 2020, cerca de 700 bancários foram demitidos do Bradesco, segundo sindicato dos bancários. Ainda segundo este sindicato, 2.467 pessoas foram demitidas durante a pandemia, pelos 3 maiores bancos privados do país (Itaú-Unibanco, Bradesco e Santander). Eles tiveram lucro de R\$ 70 bilhões, em 2019. E, no primeiro semestre de 2020, R\$ 22 bilhões. Já os ativos dos três bancos somados atingem R\$ 4,6 trilhões. Cinco bancos (Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander) respondem por R\$ 4 de cada R\$ 5 movimentados no país (80%). Quatro deles (Banco

do Brasil, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal e Bradesco) concentram 72,4% das transações. Os 20% restantes são divididos entre cerca de 150 instituições, que atuam em áreas específicas, a exemplo de financiamento de carro e empréstimos para médias e pequenas empresas. Os números mostram de forma transparente o enorme predomínio do capital financeiro na economia nacional e, considerando que a maior parte das ações está nas mãos do capital estrangeiro, estão expressando a opressão nacional que a semicolônia sofre do imperialismo. Basta lembrar que esses bancos estão entre os maiores credores da dívida pública brasileira.

A resistência ao desmonte do banco e às demissões em massa tem sido extremamente limitada. No dia 15, aconteceram tímidas mobilizações em algumas agências do BB. Os sindicatos insistem nas inócuas ações virtuais, em substituição ao movimento de rua. Desta forma, prevaleceram até agora as campanhas virtuais, tuitaços, vídeos etc. Esse é o caminho da derrota sem luta.

A maioria das centrais sindicais se reuniu, também virtualmente, e lançou uma nota contra as demissões da Ford e BB. As propostas de ações apontam, em sua maioria, para medidas parlamentares e judiciais, ou seja, as centrais insistem no erro de judicializar as lutas, e arrastá-las para as jogatinas parlamentares.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

A base material dessa brutal onda de demissões, especialmente no setor financeiro, está na ampliação da composição orgânica do capital, com o incremento de maquinaria e tecnologia. Isto além de expulsar a força de trabalho da produção, precariza o trabalho dos que ficam, ou seja, aumenta a exploração. Nos bancos, a substituição do trabalho dos bancários por atendimentos virtuais, se apoia na terceirização do atendimento presencial para atendentes de telemarketing, uma categoria já conhecida pela superexploração.

Não pode haver dúvidas quanto à necessidade de se levantar um grande movimento de luta pelos empregos. A paralisia do movimento social deve ser superada. Os inúmeros exemplos recentes da política de conciliação de classes, negociação de empregos com a patronal, acordos malditos, etc., têm mostrado que este é o caminho da derrota. Pelo contrário, é preciso

convocar urgentemente um Dia Nacional de Lutas contra as demissões, unindo empregados e desempregados. A organização dessa luta nacional deve partir dos locais de trabalho. Está posta a tarefa de convocar assembleias presenciais em todas as agências do Banco do Brasil, onde devem ser colocadas as propostas de defesa dos empregos: nenhuma demissão, nenhuma redução salarial, pela efetivação de todos os terceirizados e, para responder as falsas justificativas de que os cortes são necessários, abertura dos livros contábeis!

Essa tarefa não pode se limitar ao BB, os sindicatos e centrais devem aliar os trabalhadores dos demais bancos em um único movimento em defesa da força de trabalho. Só assim, colocaremos Bolsonaro e o parlamento corrompido contra a parede, e imporemos uma saída proletária para a onda de demissões e para as privatizações.

Ceará

Balanço da greve dos eletricitários

A greve dos eletricitários do Ceará, a maior dos últimos tempos, foi encerrada depois de uma semana de paralisação, no dia 24 de dezembro. Há pelo menos 11 meses, os patrões enrolavam a aprovação da convenção coletiva de trabalho (CCT). A própria direção do sindicato (PT) levava em “banho maria” as negociações até que os trabalhadores perderam a paciência e começaram a realizar manifestações espontâneas, exigindo a presença do sindicato, que veio a contragosto. Apenas assim a greve foi aprovada. A adesão maciça de trabalhadores da capital e do interior mostrou como a luta vinha sendo represada pela burocracia sindical. Os patrões, das empresas terceirizadas que trabalham para a Enel (concessionária de energia elétrica), resistiram o quanto puderam em aceitar a abertura de uma mesa de negociação. Porém, com manifestações massivas e paralisação dos trabalhadores das várias equipes de rua, tiveram de retomar as negociações, já que era crescente o aumento dos prejuízos financeiros.

A proposta de reajuste salarial de 7%, pedido pela categoria e que poderia ter

sido arrancado, foi reduzido para 4,7%. A direção do sindicato a defendeu com unhas e dentes, explicando que com ela haveria um ganho real (acima da inflação) de 0,4%; sendo o ganho real de 0,5% em 2021, o tíquete alimentação passou a R\$ 17,00, em 2020, e 18,00, em 2021. O que significou uma pequena vitória econômica. As rescisões contratuais continuarão sendo acompanhadas pelo Sindeleiro, e permanece a multa de 50% sobre descumprimento dos acordos. Os trabalhadores não terão os dias parados descontados. O retroativo a janeiro de 2020, contudo, será pago em duas vezes: janeiro/2021 e fevereiro/2021.

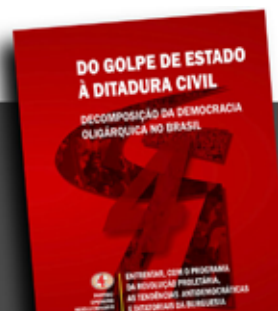
A grande preocupação da direção sindical girou em torno de um acordo com os patrões, em torno da contribuição assistencial (no valor de 3%), com desconto automático na folha de pagamento. Medida que visa a contornar os efeitos do fim do desconto sindical em folha. Questionado pelos trabalhadores sobre o índice rebaixado do reajuste, a direção rejeitou até mesmo o expediente (que sempre utiliza) de recorrer

ao dissídio coletivo, embora o próprio MPT se pronunciasse já por um reajuste de 5,3%.

A votação do fim da greve ocorreu numa assembleia improvisada no próprio local de negociação, logo após a saída da comissão de negociadora do Sindeleiro. Vários trabalhadores, já cansados, haviam deixado o local de concentração. Os grevistas mais aguerridos do interior (com os de Limoeiro do Norte) não estavam mais presentes no local. A direção do sindicato garantiu a presença de eletricitários da Endicon com 2 ônibus e 2 vans, e assim conseguiu aprovar o fim da greve na assembleia.

O POR acompanhou a greve dos eletricitários e distribuiu seu manifesto em defesa dos trabalhadores e suas reivindicações. A principal lição da experiência grevista é a necessidade urgente de organizar uma oposição revolucionária à direção pelega do PT/CUT. Uma oposição de luta e combativa, que se apoie na democracia operária, na defesa firme dos eletricitários contra os patrões e no método da ação direta.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Pernambuco

Conflitos no Campo em 2020

Aumenta a ofensiva do latifúndio e agronegócio, diante do recuo das direções dos movimentos

A Comissão Pastoral da Terra da sessão Nordeste 2 divulgou, no dia 8 de janeiro, o seu segundo balanço de 2020, sobre a questão agrária no Brasil. O Balanço é valioso para compreensão da situação do campo brasileiro, em um ano marcado profundamente por uma crise econômica, agravada pela crise sanitária.

A situação que a pandemia encontrou no país já era de desastre por si só, diversas vezes já se havia enfatizado a tendência de aumento da opressão no campo; porém, neste ano, como já se sabe, a política burguesa encontrou o caminho para perpetrar ataques ainda mais devastadores nas massas oprimidas. Mesmo antes da pandemia no início de 2020, a retirada de direitos, desmonte de instituições, e deterioração das condições de vida das massas, já caminhavam a passos largos.

A começar pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2020 o governo publicou 195 atos de flexibilização de leis ambientais, somente entre março e maio (início da política de quarentena no país), marcada pela descarada fala do ministro Salles, de “passar a boiada”. A atuação do Ministério do Meio Ambiente tem sido abertamente de legalização do desmatamento e desmonte da pasta. Os incêndios são a prova contundente disto: 89.604 focos de incêndios foram registrados. 50.000 apenas no Cerrado, com aumento de 200% de queimadas no Pantanal. 60% das queimadas atingiram territórios indígenas, e a Amazônia registrou mais um número recorde em seu desmatamento.

Outras instituições, como o Incra, sofreram um esvaziamento e refuncionalização gigantescos. Muito do dinheiro destinado ao Incra foi para pagamento de dívidas a precatórios aos latifundiários, como indenização, que, até mesmo, conseguiram aumentar o valor de suas indenizações pela desapropriação em outros anos. Para

2021, estima-se o aumento de 22% no aumento de pagamentos, pelo orçamento, para precatórios. Estima-se que, pastas como recurso de créditos, melhorias de assentamentos e monitoramento de conflitos, sofram cortes de até 90% do seu orçamento. A Lei de Reforma Agrária foi totalmente abandonada.

Nenhum território foi demarcado no ano de 2020. Também não houve desapropriações de novas terras. O Balanço não cita quantas terras foram reapropriadas por latifundiários. Considera-se, também, que a homologação de processos referentes à regularização fundiária foi baixíssima, contemplando apenas 5.409 famílias. Em decorrência desse número, basta apenas citar quantas famílias estão envolvidas em conflitos no campo: estima-se que, pelo menos, 130 mil famílias estão processo de lutas fundiárias; assim como três mil comunidades quilombolas e mil indígenas.

O ano de 2020 ainda apresenta novas considerações sobre a questão agrária. Está em curso, no Senado, o PL nº 2.963/2019, que é uma das principais reivindicações da política do capital internacional. Facilita as compras por parte de estrangeiros, e expande as possibilidades de aquisição, podendo chegar até 25% da área dos municípios onde se situem. Além de suprimir que os processos de aquisição de terras tenham um trâmite prolongado pelas instituições da burocracia burguesa.

A violência no campo não se interrompeu, sob a pandemia. Pelo contrário, com a política burguesa de isolamento social, os latifundiários encontraram mais espaços e liberdade de ação. Em números parciais, houve 1.083 conflitos no campo. Somente em comparação ao número de invasões, nota-se a disparada contundente da ofensiva burguesa: 178 invasões de territórios, em comparação ao registro de 9 invasões no ano anterior, 2019. Das

áreas invadidas, pouco mais de 50% são indígenas, 11% quilombolas e outras 11% de pequenos posseiros.

O Balanço da CPT aponta que houve 17 retomadas e ocupação, mobilizando 495 famílias. É indicado que é um número pequeno, em relação aos outros anos. A argumentação da CPT, de que é compreensível diante da situação que se vive com a pandemia, revela seu alinhamento com a política das direções reformistas. Prevaleceu nos conflitos no campo de 2020, portanto, a política defensiva diante da violência do latifúndio e agronegócio, enquanto as lutas por ampliação de direitos e acesso à terra recuaram.

Dados parciais também demonstram o aumento de número de conflitos envolvendo a água, cerca de 199 conflitos. A mineração lidera esses conflitos, empresas privadas aparecem em segundo, e o governo e hidrelétricas vêm em seguida. A região sudeste concentrou 99 desses conflitos pela água, e a norte teve 50 conflitos.

O avanço da opressão no campo brasileiro é impulsionado pelo poder econômico, que ditou os rumos do desastre da pandemia. As próprias instituições democráticas se tornaram instrumento do golpe em 2016, e estão alinhadas com a diretriz de aplicação das contrarreformas. Em vez da democracia abstrata, que oculta a raiz de classe burguesa, é preciso defender a democracia das massas operárias e camponesas, por meio da ação direta, a maioria oprimida mostra a sua força social. É necessária a aliança operária-camponesa, para o enfrentamento da opressão e exploração da burguesia que, há muito, estende a sua marcha de sangue no país. As lutas pelo acesso à terra, água, crédito e contra a violência do latifúndio e agronegócio se projetam na defesa da revolução agrária e do governo operário e camponês, fruto da revolução e ditadura do proletariado.

ATAQUES DE CAMILO SANTANA (PT/PDT) AO MAGISTÉRIO ESTADUAL

Camilo impõe reajuste zero para maioria da categoria

No início de dezembro/20, o governador, Camilo Santana, anunciou, finalmente, que pagaria ao magistério estadual o reajuste de 12,84%, referente ao ano de 2020. Esse reajuste (que corresponde ao piso nacional) era aguardado ansiosamente, já que, ao longo de todo o ano passado, o governador protelou sua implantação, alegando dificuldades financeiras causadas pela pandemia. No início de 2020, antes da pandemia, a SEDUC havia anunciado que o reajuste seria implantado em duas parcelas: a primeira em abril, e a segunda em setembro. Nenhuma das parcelas, contudo, foi paga, e a direção do sindicato Apeoc (PCdoB/PT) não fez mais do que lamentar e aguardar tempos melhores. O anúncio inesperado do governador, no apagar das luzes de 2020, encheu de expectativas a categoria. O governo prometia pagar o reajuste a 26 mil professores, além de aposentados e pensionistas. O pagamento de fato saiu, mas não para os 26 mil professores – como prometido – mas somente para uma pequena parcela de professores dos níveis A, B e C. O sindicato Apeoc calcula que apenas 7 mil professores foram beneficiados com a medida. A posição da direção sindical é de negociar com o governo, para que até março seja paga ao restante da categoria.

A diretoria da Apeoc deve preparar a mobilização, e não apenas as portas fechadas com o governo. A assembleia presencial é necessária para aprovar um plano de lutas, embora parte dos professores esteja temerosa, diante dos novos casos de Covid-19. Sem ir às ruas e enfrentar o governo, Camilo tende a protelar o reajuste ou, mesmo no caso de sua implantação, rejeitar pagar o reajuste do piso de 2021. Não podemos esperar o fim da pandemia para sair em luta: os salários vêm sendo arrojados, e as demissões de professores temporários prosseguem.

Ceará – Universidade

Posse do novo reitor da UECE: burocracia universitária segue como correia de transmissão da política do governo

No dia 15 de janeiro, ocorreu a cerimônia de posse de novo reitor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Hildebrando dos Santos Soares. Na solenidade, houve a presença de figuras como o ex-senador e atual Secretário de Ciência e Tecnologia, Inácio Arruda (PCdoB), reitores da URCA e da UFCA, ex-reitores da UECE e o governador, Camilo Santana, que participou de forma virtual. Nos discursos de Inácio Arruda e do próprio Hildebrando, o foco esteve no ‘compromisso com a democracia’. Hildebrando falou explicitamente em “fazer a UECE uma instituição mais democrática, mais inclusiva”.

Os discursos de festa da burocracia universitária (administração superior) só enganam os desavisados. Querem fazer crer, aos estudantes e professores, que o quase medieval sistema de escolha do reitor é expressão da incontestável democracia. A verdade é que a comunidade acadêmica não elege de forma alguma o dirigente máximo da instituição. A lista tripartite e a inexistência de voto universal fazem da consulta para reitor um dos processos mais aberrantes de escolha de gestão de instituições de ensino. Mesmo nas escolas públicas, os mecanismos de escolha (eleição com voto universal e ausência de listas a serem remetidas ao governador) compõem como mais democráticas, embora não esteja a escola pública, tal como a universidade, sob controle dos que nela estudam e trabalham.

A burocracia universitária e o governador fazem planos para a construção do 1º hospital universitário estadual, no campus do Itaperi. Hildebrando, falou igualmente em sua pose, da retomada de obras paradas. Aparentemente é uma notícia que alegra a todos na universidade. A promessa da obra do hospital, contudo, contrasta

Lutar pelos empregos dos temporários e imediata convocação dos professores concursados

Em tempos de desemprego em massa, aumento da miséria, e retirada de direitos estamos pela defesa do único direito que deveria ser sagrado, numa sociedade baseada na exploração do trabalho: o emprego. Por isso, estamos pela defesa da renovação dos contratos dos professores temporários (o que foi garantido depois de muita pressão), ao mesmo tempo em que defendemos a imediata convocação dos professores concursados.

A CPE tem defendido a estabilidade no emprego junto aos professores de contratos temporários. A política dos governos de manter parte da categoria em situação de contato precarizado cumpre duas funções: a) manter parcela dos professores com o medo da demissão, minando seu engajamento em greves, atos e manifestações (no interior do estado, a pressão e a perseguição são notórias); b) garantir a redução nos gastos com pessoal, já que tanto a hora-aula para esses profissionais é menor (se comparado aos efetivos), como também não têm as conquistas da carreira.

As correntes que se reivindicam da esquerda têm se recusado a defender a bandeira de estabilidade no emprego a todos, ou seja, a da efetivação de todos os temporários. Embora aceitem da boca para fora a bandeira de “para trabalho igual, salário e direitos iguais”, agarram-se à defesa do concurso público, como único mecanismo de acesso à carreira (tanto por motivos meritocráticos, quanto por motivos de se adaptar à legalidade burguesa). Ao agir assim, mostram-se inconsequentes na defesa de emprego a todos. A Corrente Proletária na Educação/POR agrega à luta por emprego a todos os professores, a bandeira de redução do número de estudantes por turma, ampliação dos projetos pedagógicos, e redução da jornada de trabalho dos professores sem redução de salário, para que nenhum docente fique desempregado (escala móvel).

flagrantemente com as terríveis condições pelas quais passam os estudantes mais pobres na universidade. Não há residência para os que precisam; nem mesmo um auxílio moradia. Muitos estudantes vivem em situação de penúria. As bolsas disponíveis são raras e os valores pagos por elas, vergonhosos. Excetuando o RU, não há política de assistência estudantil na UECE que possa receber esse nome. É grande a pressão (que vem já de muito tempo) para que os estudantes mais pobres abandonem os estudos.

A Corrente Proletária Estudantil/POR tem denunciado os problemas físicos da universidade, entre eles os mais básicos, como a falta de bebedouros nos campi e a iluminação precária. A decisão sobre a construção do Hospital Universitário ou outro destino a ser dado aos recursos deveria ser da própria comunidade universitária. Cabe aos estudantes, professores e servidores indicar quais as prioridades da UECE. As verbas em poder da universidade não podem ser manejadas pelos burocratas dos departamentos, e cursos mais influentes, à revelia dos demais cursos e especialmente dos estudantes. O novo reitor falou de democracia na universidade, mas segue, de um lado, as diretrizes do governo e, de outro, os grupos burocráticos nos departamentos; não fará governo democrático algum, que só poderia existir se se assentasse sobre a soberania da assembleia universitária. Os setores do movimento estudantil e docente, que apoiaram Hildebrando para reitor, têm responsabilidade política por seu governo, daqui para frente. A CPE lutará por um movimento estudantil independente e combativo, e defenderá a autonomia universitária frente aos governos e a burguesia.



97 anos do falecimento de Vladimir Ilyich Ulyanov (Lênin), 21 de janeiro de 1924

Publicamos o artigo abaixo, que se configurou em um documento de ruptura do bolchevismo com a II Internacional, e abriu o caminho para Lênin defender a constituição da III Internacional. Em seguida a esse pronunciamento, Lênin publicou, em janeiro de 1915, o manifesto *“O que fazer agora?”* (*As tarefas dos partidos operários em relação ao oportunismo e ao socialchauvinismo*). A guerra imperialista estava na ordem do dia. A confusão nas fileiras das correntes socialistas exigia uma resposta incisiva dos marxistas. Era necessário combater a bandeira de “unidade” oportunista, com a de unidade revolucionária. Diz Lênin: *“A arma mais poderosa do proletariado na luta pela revolução socialista é a sua unidade”*. Para defendê-la e conquistá-la, estava colocada a tarefa de romper completamente com a II Internacional, que se degenerou com o triunfo do chauvinismo. Os fatos deviam ser expostos nos seus devidos lugares, e extraídas as conclusões programáticas e políticas. Eis: *“Comprovamos o fato indiscutível de que os operários da maioria dos países europeus foram enganados pela unidade fictícia dos oportunistas (...)”*. Referindo-se à posição correta do partido

italiano, como uma exceção do combate ao oportunismo, Lênin anuncia a tarefa de constituir a III Internacional: *“O que foi uma feliz exceção para a II Internacional deve ser, e será, a regra para a III Internacional”*. E conclui: *“Permitimo-nos afirmar que o internacionalismo consiste em nada mais do que aplicar uma inequívoca política internacionalista dentro do partido”*.

Em 28 de setembro de 1914, Lênin escreve *“A guerra e a socialdemocracia”*, onde, na forma de manifesto, faz a defesa de que havia chegado a hora de concluir a cisão com a II Internacional, constituindo a III Internacional. Era inaceitável a posição centrista de reconstituir a Internacional, sem se livrar totalmente das posições oportunistas.

No folheto, maio de 1915, *“A bancarrota da II Internacional”*, Lênin praticamente conclui a crítica demolidora do revisionismo da socialdemocracia alemã e da II Internacional como um todo. Demonstra que a essência do oportunismo é a política de colaboração de classes. *“O oportunismo significa sacrificar os interesses vitais das massas pelos interesses temporários de uma insignificante minoria de operários ou, em outras palavras, a aliança de uma parte dos operários*

e da burguesia, contra a massa do proletariado. A guerra tornou particularmente essa aliança evidente e forçosa. O oportunismo é produto das particularidades da época de desenvolvimento do capitalismo, que abarca décadas, quando a existência relativamente pacífica e culta ‘aburguesou’ a camada de operários privilegiados, proporcionando-lhe migalhas dos lucros de seu capital, do capital nacional, e manteve à margem das calamidades, dos sofrimentos e da disposição revolucionária das massas empobrecidas e miseráveis”. A exposição detalhada das bases econômicas e sociais que deram lugar ao revisionismo da II Internacional permitiu a Lênin a segura defesa da necessidade de uma nova Internacional, livre de qualquer expressão do oportunismo.

A vanguarda que se dedica a enfrentar os obstáculos de nossa época de crise de direção revolucionária está obrigada a estudar e assimilar, ampla e profundamente, o leninismo como continuidade do marxismo. Qualquer superficialidade e descuido com essa tarefa, pode comprometer-se o objetivo de construção do partido marxista-leninista-trotskista, e a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Chauvinismo morto e socialismo vivo (Como reconstruir a Internacional?)

12 de dezembro de 1914

Durante décadas, a socialdemocracia alemã foi o modelo para os socialdemocratas da Rússia, muito mais do que para os do mundo inteiro. Assim, não se pode, como é natural, referir-se com conhecimento, isto é, criticamente, ao socialpatriotismo ou ao chauvinismo “socialista” de nossos dias, sem precisar devidamente a própria atitude diante dessa socialdemocracia. O que foi, é e será?

Uma resposta à primeira pergunta pode se encontrar no folheto de K. Kautsky, editado em 1909, e traduzido para muitos idiomas europeus, *“O caminho para o poder”*. Contendo uma completa exposição das tarefas de nossa época, foi mais proveitoso para os socialdemocratas alemães (do ponto de vista das esperanças que despertavam) e, além disso, vinha de uma pena do mais eminente escritor da II Internacional. Recordemos este folheto mais detalhadamente; isso será tanto mais útil, quanto mais frequentemente, agora, se co-

locam de lado, vergonhosamente, “as palavras esquecidas”.

A socialdemocracia é um “partido revolucionário” (primeira frase do folheto), não só no sentido de que uma máquina a vapor é revolucionária, “também em outro sentido”. Aspira a conquista do poder político pelo proletariado, a ditadura do proletariado. Ridicularizando “aqueles que duvidam da revolução”, Kautsky escrevia: *“Em todo o movimento e levantes importantes, devemos contar, evidentemente, com a possibilidade de uma derrota. Antes da luta, somente um estúpido pode estar seguro da vitória”*. No entanto, renunciar à possibilidade da vitória seria uma “tração aberta à nossa causa”. Uma revolução ligada à guerra é possível, tanto durante a guerra, como depois dela. É impossível determinar com exatidão em que momento o agravamento das contradições de classe levará à revolução, mas se “pode afirmar com absoluta precisão que uma revo-

lução que a guerra leva consigo haverá de estourar, ou durante a guerra, ou imediatamente depois dela”.

Nada mais trivial que a teoria da “integração pacífica do socialismo”. “Nada mais errôneo que a opinião de que o conhecimento da necessidade econômica significa um enfraquecimento da vontade”. “A vontade como desejo de luta é determinada: 1) pelo custo dessa luta; 2) pelo sentido da força e 3) pela força real”. Quando se tentou (aliás, no Vorwärts) interpretar o famoso prólogo de Engels na “A luta de classes na França no sentido oportunista, Engels se indignou e chamou de ‘vergonhosa’ a suposição de que ele fosse ‘um pacifista devoto da legalidade a qualquer preço’”. “Temos todo tipo de motivos para crer que entramos em um período de luta pelo poder do Estado”; que essa luta pode se prolongar por décadas, é algo que não podemos saber, mas “segundo todas as possibilidades conduzirá em um futuro não distante a um considerável fortalecimento do proletariado, se não à sua ditadura na Europa ocidental”. Os fatores revolucionários estão crescendo: em 1895, de 10 milhões de eleitores alemães, 6 milhões eram proletários e 3,5 milhões estavam interessados na manutenção da propriedade privada. Em 1907, o número desses últimos havia aumentado em 0,03 milhões, enquanto que os primeiros cresciam em 1,6 milhões! E o “ritmo do avanço se torna muito rápido, assim que se abra um período de agitação revolucionária”. As contradições de classe não se atenuam, pelo contrário, se exacerbam, aumenta o custo de vida, e a rivalidade imperialista e o militarismo são desenfreados. Aproxima-se uma “nova era de revoluções”. A monstruosa elevação dos impostos “conduziu, há algum tempo, a uma guerra, como única alternativa à revolução (...), se não fosse que essa mesma alternativa da revolução estivesse mais perto da guerra do que da paz armada”. “A guerra mundial é cada vez mais iminente, mas a guerra significa também a revolução”. Em 1891, Engels tinha razão em temer uma revolução prematura na Alemanha, mas, desde então, “a situação mudou muito”. O proletariado “já não pode falar de uma revolução ‘prematura’” (o itálico em prematuro é de Kautsky). A pequena burguesia não está muito segura, e a cada dia se mostra mais hostil ao proletariado; no entanto, durante uma época de crise, “pode passar em massa para o nosso lado”. Tudo consiste em que a socialdemocracia “se mantenha inquebrantável, fiel a si mesma e intransigente”. Sem dúvida, entramos em um período revolucionário.

Assim escreveu Kautsky há muito, muito tempo, durante longos cinco anos. Assim era, ou melhor, o que prometia ser a socialdemocracia alemã. Essa era a socialdemocracia que podia e se devia respeitar.

Vejamos agora o que escreve, na atualidade, esse mesmo Kautsky. Vejamos as afirmações mais importantes de seu artigo “A socialdemocracia durante a guerra” (Neue Zeit, nº 1, 2 de outubro de 1914): “Nosso partido discutiu com muito menos frequência o problema de como se conduzir durante a guerra, do que a maneira de impedir a guerra” (...) “Nunca um governo é mais forte, nunca os partidos são mais débeis do que quando começa uma guerra”. “Os tempos de guerra são os menos propícios para as reflexões tranquilas”. “Hoje, o problema prático é: vitória ou derrota do próprio governo”. “Pode haver um acordo entre os partidos dos países beligerantes para uma ação contra a guerra?” “Esse tipo de problema nunca havia sido colocado. Sempre discutimos essa possibilidade (...)”. As divergências entre os socialistas franceses e alemães “não são de princípio (uns e outros defendem a pátria) (...)”. “Os socialdemocratas de todos os países têm os mesmos direitos ou a mesma obrigação de participar na defesa da pátria: nenhuma nação deve reprovar outra por esse motivo (...) A Internacional está em bancarrota?

Renunciou o partido ao defender abertamente seus princípios durante a guerra?” (Palavras de Mehring no mesmo número). “Errônea opinião (...) Nada justifica tal pessimismo (...) Não são divergências de princípios (...) A unidade dos princípios se mantém (...) Violar as leis de tempos de guerra acarretaria simplesmente a proibição de nossa imprensa. O cumprimento dessas leis é uma renúncia tão insignificante à defesa dos princípios partidários, como a atividade similar de nossa imprensa sobre a espada de Dâmoques da lei de exceção contra os socialistas”.

Citamos textualmente, porque é difícil acreditar que se possa escrever semelhantes coisas. Não é fácil encontrar em nossa literatura (se excetuarmos o caso da “literatura” dos renegados confessos) tanta vulgaridade por si só, maneira tão vergonhosa (...) de evitar a verdade, tantas assombrosas sutilezas para dissimular, em geral, o abandono mais evidente do socialismo, assim como das claras resoluções internacionais, aprovadas por unanimidade (por exemplo, em Stuttgart e, sobretudo, em Basileia), diante justamente do caráter de uma guerra europeia como a atual! Faltaríamos com o respeito ao leitor, se levássemos “a sério” os argumentos de Kautsky, e procurássemos “analisá-los”, porque, ainda que a guerra europeia seja distinta em muitos aspectos de um simples e “pequeno” pogrom antisemita, os argumentos “socialistas”, que se usam para justificar a participação na guerra, coincidem no todo com os argumentos “democráticos” em favor da participação em um pogrom antisemita. Os argumentos em defesa de um pogrom não se analisam: apenas se mencionam, para pôr no pelourinho os autores, diante de todos os operários politicamente conscientes.

Mas, como pôde acontecer, se perguntará o leitor, que a maior autoridade da II Internacional, o homem cuja pena defendia as

E agora, precisamente, vivemos em uma época assim. “Disparem vocês primeiro, senhores burgueses!”, escrevia Engels, em 1891, quando se manifestou, com toda a razão, em favor de que nós, os revolucionários, na época do chamado desenvolvimento constitucional pacífico, utilizássemos a legalidade burguesa.

ideias expostas no começo deste artigo, tenha caído na posição do “pior renegado”? Isso não pode ser compreendido – respondemos – somente por aquele que, talvez inconscientemente, considere que no fundo nada de particular ocorreu, e que não será difícil “resignar-se e esquecer”, etc., por aquele que vê o problema do ponto de vista do renegado. Mas, quem defende de forma séria e sincera as ideias socialistas, e concorde com as opiniões expostas no começo deste artigo, não se assombrará de que Vorwärts esteja “morto” (expressão de L. Martov em Golos de Paris) e de que também Kautsky esteja “morto”. Não é raro, em uma época de grandes comoções mundiais, alguns homens se afundarem. Apesar de seus enormes méritos, Kautsky nunca esteve entre aqueles, durante as grandes crises, que tomaram em seguida uma posição militante (lembramos suas vacilações em relação ao millerandismo).

E agora, precisamente, vivemos uma época assim. “Disparem vocês primeiro, senhores burgueses!”, escrevia Engels, em 1891, quando se manifestou, com toda a razão, em favor de que nós, os revolucionários, na época do chamado desenvolvimento constitucional pacífico, utilizássemos a legalidade burguesa. A ideia de Engels era de uma clareza meridiana: nós, os operários politicamente conscientes, seremos os segundos a disparar; agora nos convém aproveitar o momento em que a própria burguesia violou a base legal, que instituiu para passar, da cédula eleitoral, aos “disparos” (isto é, à guerra civil), nos convém melhor utilizar o momento em que a própria burguesia viole a base legal que

instituiu. Ao dizer, em 1909, que já não podia ocorrer na Europa uma revolução *prematura*, e que a guerra significava a revolução, Kautsky expressa a opinião indiscutível de todos os socialdemocratas revolucionários.

No entanto, as décadas da época “pacífica” não passaram sem deixar marcas; o que daria lugar ao oportunismo em todos os países, e predominar entre os dirigentes parlamentares, sindicalistas, jornalistas, etc. Não há um só país na Europa onde, de uma forma ou de outra, não se tenha desenvolvido uma longa e dura luta contra o oportunismo, sustentado de mil modos diferentes por toda a burguesia, para corromper e debilitar o proletariado revolucionário. Há 15 anos atrás, ao iniciar a controvérsia com Bernstein, o mesmo Kautsky escreveu que, se o oportunismo passasse, do estado de ânimo, para uma tendência, uma divisão poderia ser iminente. Entre nós, na Rússia, a velha Iskra, que criou o partido socialdemocrata da classe operária, dizia, em seu nº 2, no início de 1901, no artigo “No umbral do século XX”, que a classe revolucionária do século XX tem (como a burguesia, a classe revolucionária do século XVIII), sua *Gironda* e sua *Montanha*.

A guerra europeia é uma tremenda crise histórica, o começo de uma nova época. Como toda crise, a guerra agravou profundamente as contradições ocultas, e as pôs à luz do dia, arrancando todos os véus da hipocrisia, desmanchando tudo que era convencional, abatendo todas as autoridades corrompidas, ou aquelas que se deixaram tocar pela corrupção. (Essa é, de passagem, a influência saudável e progressista de cada crise, influência que só não compreendem os obtusos admiradores da “evolução pacífica”). A II Internacional, que em seus 25 ou 45 anos (segundo se conte, desde 1870 ou desde 1889), foi capaz de realizar um trabalho de suma importância e utilidade, de divulgar a influência do socialismo amplamente, e dar às suas forças uma organização prévia, inicial e elementar, concluiu sua missão histórica, e morreu, vencida pelo oportunismo mais do que pelos von Kluck.

Deixemos, agora, que os mortos enterrem os mortos. Deixemos aqueles que se ocupam de vãs agitações (quando não das intrigas de laiaios, de chauvinistas e oportunistas) “se esforcem”, agora, por reunir os Vandervelde e Sembat, com Kautsky e Haase, como se tratasse de Ivan Ivanich, que, depois de ter chamado Ivan Nikiforich de ganso, necessita de um amistoso “empurrão” para se aproximar do inimigo. A Internacional não consiste em se sentar em torno a uma mesa de escrever uma resolução hipócrita e trapaceira, gente que pensa que o verdadeiro internacionalismo consiste em que os socialistas alemães justifiquem o chamado da burguesia alemã a disparar contra os operários franceses, em que os socialistas franceses justifiquem o chamado da burguesia francesa a disparar sobre os alemães, “em nome da defesa da pátria”!!! A internacional existe para aproximar mutuamente (primeiro no plano ideológico e depois, em seu devido tempo, no orgânico) homens capazes de defender, nestes dias difíceis que atravessamos, o internacionalismo socialista nos fatos, isto é, capazes de agrupar as suas forças e de “disparar em segundo lugar” contra os governos e as classes dirigentes de sua própria pátria. A tarefa não é fácil, exige preparação, grandes sacrifícios e arcar com derrotas. Mas, por não ser uma tarefa fácil, é necessário realizá-la somente com aqueles que querem cumpri-la, sem temor à ruptura total com os chauvinistas e com os defensores do socialchauvinismo.

Pessoas como Pannekoek são as que mais contribuem ao sincero, não hipócrita, restabelecimento de uma Internacional socialis-

ta, não chauvinista. Em seu artigo “A bancarrota da Internacional”, Pannekoek escreveu: “se os dirigentes se reúnem e tratam de abandonar suas divergências, isso não terá sentido algum”.

Falemos as coisas como são, de qualquer maneira, amanhã ou depois, a guerra obrigará a fazê-lo. Existem três tendências no socialismo internacional: 1) os chauvinistas, que conseqüentemente praticam a política do oportunismo; 2) os inimigos conseqüentes do oportunismo, que já começam a se manifestar em todos os países (a maior parte deles foi derrotada pelos oportunistas, mas “os exércitos derrotados aprendem muito”), e que são capazes de realizar um trabalho revolucionário que conduza à guerra civil; 3) os desorientados e vacilantes, hoje a reboque dos oportunistas, cujas tentativas hipócritas – quase cientistas e marxistas (não é zombaria) – de justificar o oportunismo, são aqueles que maior dano causam ao proletariado. Uma parte daqueles que naufragaram nessa terceira corrente pode ser salva e devolvida ao socialismo, mas, para isso, não há outra política senão a ruptura e a divisão mais resoluta com a primeira tendência, desde que sejam capazes de reconhecer o erro da votação dos créditos de guerra, da “defesa

da pátria”, do “cumprimento das leis de tempos de guerra”, do respeito à legalidade, e da renúncia à guerra civil. Somente aqueles que seguem essa política estão realmente construindo a Internacional Socialista. De nossa parte, estabelecemos contato com o colegiado russo do CC, e com os dirigentes do movimento operário de Petrogrado, e, trocando opiniões, nos

convencemos de que no fundamental existe solidariedade, podendo declarar, em nome de nosso partido, como Redação do OC, que, somente o trabalho orientado nessa direção é um trabalho de partido e socialdemocrata.

A ideia de uma divisão na socialdemocracia alemã parece causar alarme a muitos, por seu caráter “insólito”. No entanto, a situação objetiva assegura que, ou se produz esse caráter insólito (Adler e Kautsky, na última reunião da Direção Socialista Internacional, já em julho de 1914, declaravam que não acreditavam em milagres, e que por isso tampouco acreditavam na guerra europeia!), ou seremos testemunhas da dolorosa decomposição daquela que foi, em outros tempos, a socialdemocracia alemã. Só resta recordar ainda, a título de conclusão, àqueles que se habituaram demasiadamente a “acreditar” na (antiga) socialdemocracia alemã, que homens que, durante longos anos, foram nossos adversários em inúmeros problemas, se coloquem a ideia de tal divisão; que L. Martov escreveu em Golos: “Vorwärts morreu”; que “a socialdemocracia, que proclamou a renúncia à luta de classes, havia feito melhor em reconhecer os fatos com franqueza, em dissolver temporariamente sua organização, e suspender a publicação de sua imprensa”; que Plekhanov disse em uma conferência, segundo informa Golos: “sou adversário decidido da divisão; mas se se sacrificam os princípios da integridade da organização, mais vale a divisão que uma falsa unidade”. Plekhanov dizia isso, referindo-se aos radicais alemães; isto é, via o cisco no olho do alemão, e não via a viga em seu próprio olho. Tal é sua idiossincrasia, e a ela nos temos acostumado demasiadamente durante os últimos dez anos de radicalismo plekhanovista, em teoria, e de oportunismo na prática. De qualquer modo, é um sinal dos tempos de que até pessoa com tais ... raridades em sua personalidade se coloquem a falar de divisão entre os alemães.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)

Nesta edição:

- **Bolívia:** 2020, um ano de atropelo dos trabalhadores.
- **Argentina:** Preparar a luta pela recuperação dos salários e empregos / Conquistamos o direito ao aborto / Breve resenha de “A Frente Única Anti-imperialista” - Páginas 28 a 31.
- **EUA:** EUA: Biden toma posse da presidência.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**Bolívia**

2020, um ano de atropelo dos trabalhadores

Muito antes do Covid-19 aparecer, a crise econômica estrutural do capitalismo já estava presente em nível mundial, e os efeitos em nosso país já eram sentidos. Não podemos esquecer que a chamada economia blindada, como dizia o governo masista, não era real, porque havia um déficit fiscal, déficit comercial, e as dívidas externa e interna aumentavam, as reservas de gás se esgotavam, e as vendas de gás ao Brasil e Argentina diminuía, além da mina estatizada de Huanuni, que trabalhava no vermelho.

O que o coronavírus fez foi acelerar a crise econômica, e também sanitária, além de nos mostrar de maneira muito clara a situação de podridão em que se encontra o nosso país como consequência de um sistema capitalista totalmente esgotado, e agravado pela incapacidade dos governos de plantão, que passaram pelo palácio do governo.

Os empresários sanguessugas não deixaram passar este momento. Usaram como pretexto a pandemia, para reestruturar as suas empresas, descarregando todo o peso da crise nas costas dos trabalhadores, demitindo operários, rebaixando os seus salários, etc. O governo de Jeanine Añez nada fez para evitar tudo isto, permitindo semelhante atropelo, que pôs nas ruas milhares de operários e matando de fome as suas famílias.

Enquanto a maioria desesperada, para conseguir pão aos seus filhos, morria nas ruas ou em suas casas pelo vírus, os politiquinhos masistas, añistas, camachistas, etc. aproveitaram todo este tempo para se dedicarem a fazer propaganda eleitoral, aproveitando da situação crítica por que as pessoas mais necessitadas passavam.

O retorno do masismo ao governo

Para os masistas e reformistas de todo tipo, não houve fraude, houve um golpe de Estado. Mas, não um golpe tradicional, mas sim um golpe suave, onde conviveram golpistas e golpeados aos abraços. Mas, a realidade objetiva é outra. O MAS, com Evo Morales, tal qual Goni Sánchez, foi arrancado do governo por uma grande mobilização de todos os setores sociais. Lamentavelmente, diante da ausência da classe operária com as suas próprias bandeiras, além da de-

sorientação das massas, a saída política foi aproveitada pela velha direita neoliberal, que pôs no governo Janine Añez e, desde o início, se dedicou a roubar em plena pandemia.

As causas para o retorno do masismo são muitas, mas as mais notórias são as seguintes: não há dúvida de que um setor ainda acredita que o MAS pode dar estabilidade econômica, política, social e sanitária. Há outro setor que, em 2005 votou no MAS, e nos 14 anos seguintes se deu conta que era mais do mesmo, e se desprende do MAS, mas, ao ver os neoliberais, que além de ladrões são racistas, voltaram a votar no MAS. E outro aspecto é que o MAS não tinha oponentes, porque contra eles se apresentaram os mesmos de sempre: Mesa, Tuto Quiroga, Doria Medina, que não têm nada a oferecer às massas e, por último, a desastrosa gestão de J. Añez, com ministros que entraram e ficaram ricos, como Murillo, que foi qualificado de chefe de campanha do MAS.

O que será o governo do MAS

O MAS, durante 14 anos, já deu tudo o que tinha de dar. Politicamente fracassou. Agora, com Arce Catacora como presidente, nas condições da crise profundada pelo Covid-19, necessariamente terá de tomar medidas em favor dos exploradores. Dado o seu caráter de classe, sócio das transnacionais como no passado, terá de proteger os empresários, a velha aristocracia do oriente, os banqueiros, etc., e descarregar todo o peso da crise nas costas do povo trabalhador. Assim, mais cedo ou mais tarde, vai chocar-se com os operários, camponeses e a classe média das cidades. Se as massas não se desprenderem do masismo, recuperarem os sindicatos e, principalmente, fortalecer a direção política da classe operária (POR), virão dias de fome e sofrimento.

Viva a independência política e sindical dos trabalhadores!

Publicado em: “La Chispa” Nº9,
Comitê Regional POR – Sucre.
(Extraído do Jornal Masas nº 2.634,
do Partido Obrero Revolucionario, da Bolívia)

Argentina

Preparar a luta pela recuperação dos salários e empregos

Passamos um ano catastrófico. A grande crise que suportávamos, no começo do ano, se potenciou, devido à pandemia. Isso no mundo inteiro.

Ficou exposta a putrefação do capitalismo, o desmonte dos sistemas de saúde, a precarização das condições de vida e de trabalho de centenas de milhares de oprimidos.

Agora, presenciamos a lamentável a guerra das vacinas, como expressão da guerra comercial, diante da necessidade urgente de toda a população ser assistida imediatamente.

Os governos e as empresas aproveitaram para demitir, reduzir salários e precarizar ainda mais o trabalho.

É por isso que tem tanta importância a imposição da lei de interrupção voluntária da gravidez, após tantos anos de luta. Por isso, é tão importante a vitória dos trabalhadores do óleo, após tantos dias de greve. Assim como cada uma das lutas que enfrentamos, desde o primeiro dia, e

que, como partido, tivemos um grande acerto, afirmando que, sem salário, sem habitação, não era possível a quarentena.

O problema dos problemas é que continuamos a mercê dos governos e dos patrões, sem poder defender-nos, sem poder impor nossa própria política. Por outro lado, porque grande parte da população tem ilusões no governo, confia nele, e o deixa fazer. De outro, devido ao papel traidor das direções sindicais, que se submetem e se entregam aos governos, que comemoram o pagamento da dívida externa, e boicotam toda forma de organização e luta, desde as bases, em nome de nossa saúde, “para nos cuidarmos”, que negociam reduções salariais e demissões, para garantir a paz social.

O desafio do novo ano será preparar a luta pela recuperação dos salários e empregos, pelos recursos à saúde e educação. Temos o impulso das vitórias, que impuseram as enormes lutas

do movimento de mulheres e trabalhadores do óleo e outros.

O mais importante, porém, o imprescindível, é que avancemos na construção da direção revolucionária, do Partido, que expresse conscientemente a revolta inconsciente das massas, que se estrutura em torno à estratégia da classe operária, da revolução e ditadura proletárias em nosso país, e em todo o mundo. Esta é a tarefa histórica que devemos resolver.

As condições para dar este passo são as melhores, poucas vezes se pôde constatar no mundo inteiro, simultaneamente, a bancarrota do capitalismo, a covardia dos movimentos nacional-reformistas, e o papel das burocracias. Constata-se que não há qualquer possibilidade de reformas sob o capitalismo, que nos condena à barbárie.

Não é só a Covid, a verdadeira pandemia é o capitalismo e a propriedade privada! Acabemos com ela!

Conquistamos o direito ao aborto

As imensas mobilizações, que ocorreram em todo o país, em cada praça, em cada esquina, em cada bairro, arrancaram uma conquista histórica, tantas vezes esquecida e rejeitada: o direito ao aborto é lei na Argentina, desde 30 de dezembro de 2020. Mais de três décadas de lutas ininterruptas mostraram a vigência dos métodos da ação direta, como única garantia capaz de impor nossas reivindicações mais sentidas, entre elas o direito democrático a decidir sobre a maternidade.

Esta é nossa vitória, uma vitória que se foi desenvolvendo, em cada encontro nacional de mulheres, em cada enfrentamento, em cada *Nem uma a Menos*, em cada 8 de março, e também em cada sindicato, em cada escola, universidade ou lugar de trabalho. Uma vitória que não pôde ser freada por um governo ou igrejas; que não pôde ser freada pelo parlamento ou pelo judiciário. Esta vitória se impôs CONTRA essas instituições do Estado, e não graças a nenhuma delas, o que constitui um grande passo adiante.

Limitações introduzidas por Alberto Fernández

Desde a apresentação do projeto, no final de novembro, colocaram-se uma série de limitações, que é preciso não desconside-

rar, nem passar por alto. A lei foi retalhada em vários aspectos em relação ao projeto original da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto, o que, em algumas situações, regride suficientemente, ao ponto de se tornar um obstáculo à sua efetiva prática.

Por exemplo, para os abortos de mais de 14 semanas, o conceito integral da saúde, utilizado de acordo à legislação atual, se limita unicamente à saúde no seu aspecto físico, e não emocional, psíquico e social, como estabelecido pela Organização Mundial da Saúde. Por outro lado, um importante setor da saúde privada conseguiu a Objeção de Consciência Institucional, uma velha reivindicação, tanto das Obras Sociais, mas principalmente da medicina privada de caráter confessional (ligadas à igreja católica).

A direção da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito demonstrou seu caráter reformista e conciliador, aceitando mansamente cada um dos retoques que foram feitos no seu caminho institucional. Sua política de “possibilismo” se acentuou e abandonou a defesa do seu próprio projeto, somando-se com armas e bagagens aos compromissos que se foram realizando com os setores obscurantistas de ambas as câmaras, reflexo da pressão eclesiástica e dos setores

reacionários anti-direitos.

Nossa intervenção como partido tem como objetivo arrancar o movimento da tutela pequeno-burguesa de suas direções capituladoras, procurando continuar avançando em sua projeção política. O movimento demonstrou suas reservas inesgotáveis de sacrifício, entrega e abnegação na luta, mas, se não tiver um norte estratégico revolucionário, será condenado a naufragar nas águas do reformismo: o que significa futuros retrocessos, a curto e médio prazos.

O caráter limitado se evidencia na própria jornada de 29 de dezembro. Ao mesmo tempo em que se arrancava um direito democrático fundamental, o governo, objetivamente, utilizava a jornada para esconder a entrega ignominiosa das aposentadorias, obedecendo à diretriz do Fundo Monetário Internacional. As consequências desta reforma previdenciária e da política do capital financeiro se descarregarão inevitavelmente com maior violência nas costas das mulheres trabalhadoras e das aposentadas, que, majoritariamente, recebem o mínimo, por terem sido condenadas ao trabalho doméstico durante toda sua vida. Não se equivocava Trotsky ao assinalar que, sob o capitalismo, não existe possibilidade de reformas sociais sistêmicas, nem de elevação dos níveis de vida das massas.

Um passo fundamental para continuar avançando

A luta pelo direito ao aborto, como muitas outras a respeito dos direitos das mulheres, ou a efetivação do direito ao aborto, ou a expropriação de toda a rede privada obscurantista de saúde para incorporá-la a um sistema de saúde público e gratuito, devem estar subordinadas a uma luta de maior alcance. Não é – como pretende o feminismo pequeno-burguês – um fim em si mesmo.

O direito ao aborto caminha paralelo com a defesa social da maternidade, longe de resolver-se com a paródia votada do “Plano dos mil dias”. O próprio Carlos Heller assinalou que “estamos diante de um projeto de grande transcendência social, e baixíssimo custo”, e o senador do FdT por Córdoba, Carlos Caserio: “o orçamento é uma foto, e não é significativo”. O projeto legisla sobre o que ocorre na prática (fornecimento de vacinas, leite e alimentos, por exemplo, nos centros de saúde), e acrescenta algumas prestações menores, que não fazem senão tentar compensar as enormes perdas do poder aquisitivo da assistência social. Por exemplo, a Assinção Universal por Filho teve um reajuste de 40%, desde março de 2019. Quer dizer, muito barulho por mudanças menores, jogada evidentemente demagógica para conciliar com os lenços celestes (anti-abortistas).

É o próprio regime social, com o desemprego, baixos salá-



Mostramos e seguiremos mostrando a necessidade de avançar com estes métodos, para conquistar uma real emancipação das mulheres, incompatível com o regime social capitalista de produção.

rios, falta de habitações, pobreza extrema, péssimas condições sanitárias, que condiciona, em muitas ocasiões, a decisão sobre a maternidade. A defesa real da maternidade questiona os pilares básicos desta sociedade capitalista, onde se degradam as condições de vida da população.

É neste sentido que a conquista do direito ao aborto nos permite avançar, extraindo todas as lições desta enorme luta de décadas, nas quais interviemos, defendendo, abnegada e solitariamente, contra tudo e todos, a posição revolucionária do proletariado, entendendo a inviabilidade de melhorar nossa situação, enquanto permanecer inalterada a grande propriedade privada capitalista. Mostramos e seguiremos mostrando a necessidade de avançar com estes métodos, para conquistar uma real emancipação das mulheres, incompatível com o regime social capitalista de produção.

Seguiremos batalhando para que a política da classe operária se torne uma força material nos movimentos em que participamos, para que sua energia possa ser conduzida consequentemente, e não se dilua nas querelas reformistas. As mulheres são chamadas a ocupar um lugar de vanguarda, preparando, não apenas as condições para nossa própria emancipação da escravidão do lar, mas, a emancipação de toda a sociedade da exploração do capital e do jugo burguês.

(Extraído do Jornal Massas nº 385, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Publicado o livro:

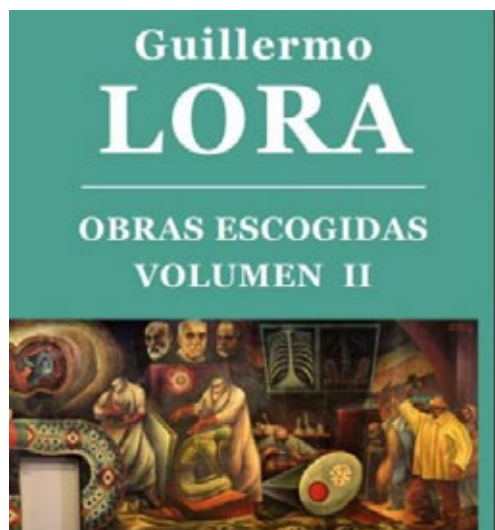
RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



Documentos do segundo volume das obras escolhidas de Guillermo Lora

Breve resenha de “A Frente Única Anti-imperialista”



Índice

Teoría marxista de partido político	p.11
El Frente único antiimperialista	p.53
Por qué la clase obrera no tomó el poder en 1952	p.81
La total caducidad del nacionalismo burgués	p.123
La inviabilidad de la democracia burguesa	p.155
Lección Cubana	p.189
De la Asamblea Popular al golpe fascista	p.223
Marxismo para obreros	p.359
Proyecto de informe de América Latina	p.407

O documento, escrito em 1984, tem uma importância fundamental para compreender por que o POR, e somente o POR, defende a tática da frente única anti-imperialista (FUA), rejeitada e combatida por todas as organizações autodenominadas “trotskistas”.

Esta tática revolucionária, aprovada no IV Congresso da Internacional Comunista (1922), sob a denominação de “*Teses gerais sobre a questão do Oriente*”, foi recuperada pelo POR boliviano na década de 1950, e combatida por vários setores, sem o mínimo rigor teórico.

Nosso partido reivindica os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, que, sob a liderança de Lênin e Trotsky, sintetizaram a experiência revolucionária do proletariado. Suas resoluções, infelizmente, são desconhecidas pela maioria dos militantes de esquerda. São deliberadamente ocultadas pelas suas direções, porque nelas se encontram definições precisas acerca da política e do tipo de partido, necessário na etapa imperialista do capitalismo, de ruptura com a política socialdemocrata.

Coube aos bolcheviques e à III Internacional a estruturação da política mundial do proletariado, baseada na distinção entre nações opressoras e nações oprimidas. De acordo com as teses da Revolução Permanente, assentaram a concepção materialista de que o mundo inteiro – a economia mundial – está preparado, e exige a revolução e ditadura proletárias, superando o velho esquema de países “maduros e não madu-

ros” para a revolução. Isso significa que, nos países atrasados, coloniais e semicoloniais, o proletariado deve tomar em suas mãos as tarefas democráticas que a burguesia não realizou (fundamentalmente a questão agrária e a soberania nacional). A existência de tarefas democráticas e o fato do proletariado não constituir a maioria da população obrigam a classe revolucionária e o seu partido a formularem no seu programa aquelas tarefas que a burguesia não pôde nem poderá realizar, assim como a necessidade de formular uma política direcionada às classes oprimidas, *não proletárias*, para se constituir na direção da revolução. Por isso, se estabeleceu a tática da FUA para os países atrasados, como o equivalente à Frente Única Proletária, nos países desenvolvidos.

Guillermo Lora fez uma autocrítica sobre as Teses de Pulacayo, assinalando por que foi incorreta a formulação da Frente Única Proletária: “*Por esse caminho, o movimento mineiro não poderia transformar-se na direção das massas, condição para a revolução proletária. A frente única de classe não tinha futuro político num país atrasado, no qual a massa camponesa iniciava sua marcha para as posições do proletariado. A crítica à tática da frente única proletária foi realizada oportuna e radicalmente pelo POR, que dessa forma inaugurou uma perspectiva correta para a construção da frente única anti-imperialista, sob a direção política da classe operária*”.

A tática da FUA “*emerge das entranhas próprias do caráter da revolução nos países atrasados*”, se depreende do programa, da

caracterização do tipo de país, das tarefas objetivas que devem ser resolvidas, e das classes sociais existentes. Para transformar a realidade, é necessário descobrir de que modo particular as leis gerais do capitalismo tomaram forma em nosso país, que tem muito em comum com os outros países do continente, mas também tem diferenças. Não é suficiente extrapolar consignas mecanicamente, é preciso definir com precisão quais são as tarefas e qual a mecânica de classes.

Nosso partido caracteriza que a Argentina é um país atrasado e semicolonial. Disso decorre, de um lado, que existem tarefas democráticas (a necessidade de acabar a oligarquia latifundiária e conquistar a independência nacional, principalmente), de outro, que a classe operária não constitui a maioria da população. À diferença de outros países atrasados, onde o peso do campesinato é evidente, isto é, da pequena burguesia rural, no nosso país, essa classe não tem o mesmo peso. No seu lugar, há um proletariado rural. Mas, isso não deve nos confundir, pois, existem importantes destacamentos das “classes médias” ou pequena burguesia urbana, como os estudantes, docentes e funcionários, que tiveram um papel relevante na história da luta de classes e, portanto, exige que o proletariado, para se colocar à frente da nação oprimida, deve se colocar diante dessas classes no seu programa.

Os marxistas rejeitam a noção de “classe trabalhadora”, utilizada pelo revisionismo. Quando afirmamos que a classe operária é a classe revolucionária de nossa época, nos referimos concretamente aos operários industriais, aqueles que não são apenas assalariados, mas que produzem coletivamente a riqueza, e têm nas suas mãos a capacidade de paralisar a produção. Referimo-nos aos operários metalúrgicos, das montadoras, petroleiras, mineiras, etc. Não os confundimos com as “classes médias” assalariadas ou a pequena burguesia urbana, como os docentes, funcionários públicos e profissionais. O fenômeno de “proletarização” das classes médias significa sua pauperização, a perda de sua autonomia diante do capital, sua transformação em assalariados, a sua

sindicalização, características que *aproximam* estas camadas da pequena burguesia urbana ao proletariado, mas, *não os transformam* em proletários.

A definição de “classe trabalhadora” é alheia ao marxismo. Encontramos sim, em Lênin, por exemplo, a referência a “classes trabalhadoras”, no plural, para referir-se à classe operária e ao conjunto das classes não-proletárias que trabalham, oprimidas pelo capital. Consideramos que a utilização desta terminologia por parte da esquerda centrista corresponde ao abandono do marxismo.

Devido ao peso que têm nos países atrasados as classes oprimidas *não-proletárias*, a III Internacional chegou à conclusão de que a tática da Frente Única Operária não era correta para estes países e, por isso, formulou a tática da FUA. A classe operária é obrigada a defender as tarefas e consignas democráticas, tomar em suas mãos o programa que a burguesia abandonou, e levá-lo, sob a sua própria estratégia de poder.

Diante da possibilidade de conformar frentes unitárias de luta, defendemos a *hegemonia proletária*, mesmo que esta não seja majoritária. Assim, por exemplo, foi construída, sob a política do POR boliviano, sua Central Operária, uma Central Única, forjada no calor da revolução de 1952, que incluía todos os setores oprimidos, como estudantes e camponeses. Mas, em que pese a importância numérica de cada setor, os operários tiveram maioria em todos os organismos de direção.

A tarefa é a superação da tutela nacionalista, peronista, do movimento operário. A essência da política da FUA consiste em reconhecer que estamos intervindo num país atrasado e submetido ao imperialismo e que, portanto, existirá o nacionalismo burguês ou pequeno burguês, que tentará submeter o proletariado à burguesia, com a promessa de que seria possível superar o atraso e a subordinação nacional, sem

liquidar o capitalismo.

O partido revolucionário tem o objetivo de arrancar o controle ideológico que o nacionalismo exerce sobre a classe operária e os demais oprimidos. Esta é a tarefa que a esquerda revisionista não pode cumprir. A ausência de programa, de compreensão da importância das tarefas democráticas, de uma tática para enfrentar o nacionalismo, determinaram que, ao longo de nossa história, tenham se colocado ao lado da oligarquia, como foi a União Democrática, ou, mais recentemente, diante da 125. Quando a esquerda revisionista intervém,

Desde a perspectiva da Frente Única Anti-imperialista, a tarefa é precisamente construir uma unidade para a luta com esses setores, para disputar a direção do proletariado com o nacionalismo burguês.

dividindo as manifestações ou rejeitando dirigentes por serem peronistas, deixam o terreno livre ao nacionalismo.

Este é o sentido da tática da “Frente Única Revolucionária” (FUR), que propõe uma unidade “da esquerda”, mas que na prática significa *isolar-se* dos setores nacionalistas. A tática da FUR foi cunhada por Nahuel Moreno, e se tornou a expressão tática da renúncia do conceito bolchevique de partido, ao qual considerava uma “exceção histórica”. Substituiu o partido-programa pela concepção de movimento, mais amplo e frouxo, em torno a um conjunto de acordos conjunturais. Este tipo de organização não resiste às pressões da luta de classes e, no fim, tem como horizonte transformar-se numa plataforma eleitoral.

Não se deve confundir o problema da construção do partido com a unidade das massas para a luta pelo poder. Nós adotamos a tática dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista, que indica a Frente Única Proletária para os países desenvolvidos, e a Frente Única Anti-imperialista para os países atrasados, coloniais ou semicoloniais, como o nosso.

O ponto fundamental da diferença reside na postura perante o nacionalismo burguês e pequeno-burguês. No nosso caso, consideramos que o obstáculo fundamental na consciência do proletariado é o peronismo. Há corpos de delegados valiosos, como os operários das oleaginosas ou a 60, nos quais boa parte se reivindica peronista. É necessário construir a unidade com eles? Da perspectiva da FUR não seria, pois, não seriam “classistas” nem “revolucionários”. Desde a perspectiva da Frente Única Anti-imperialista, a tarefa é precisamente construir uma unidade para

a luta com esses setores, para disputar a direção do proletariado com o nacionalismo burguês.

A principal “crítica” que se faz (desde o morenismo) à tática da FUA é identificá-la com a Frente Popular. A realidade é que é a política da esquerda revisionista leva à Frente Popular, na medida em que não se dispõe a dar a luta perante as bases operárias e oprimidas, controladas pelo nacionalismo para disputar a direção. A realidade não se ajusta a esquemas pré-estabelecidos. No curso e exacerbação da luta de classes, vão surgindo formas de frente única ou do tipo soviético, onde o partido da classe operária tem a obrigação de intervir, para colocá-los sob a estratégia proletária. Os que afirmam que não há que intervir neles “por que aí estão os nacionalistas”, não fazem outra coisa que confirmar a renúncia à revolução.

(Extraído do Jornal Massas, nº 384, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

EUA: Biden toma posse da presidência

As massas oprimidas devem se organizar para enfrentar o novo governo

Em 20 de janeiro, Joe Biden tomou posse, como o 46º presidente dos Estados Unidos. A cerimônia teve público limitado, tanto por restrições sanitárias, quanto pela militarização da capital, Washington, onde se postaram 25 mil homens da Guarda Nacional, para prevenir novos “atos de sedição”, como os que se passaram no dia 6 de janeiro.

Na posse, desatacou a ruptura da tradição de transmissão do poder de um presidente a outro. Trump decidiu não comparecer à cerimônia.

A encenação de uma “transição pacífica” não conseguiu ocultar as profundas divisões que vêm marcando a política burguesa e as relações sociais no país.

Dentre todos os pré-candidatos democratas, o novo presidente é reconhecido como o democrata mais próximo da política nacional-chauvinista praticada por Trump.

Primeiros passos

Biden assinou 15 “ordens executivas” (decretos), que simbolicamente marcam “ruptura” com o legado de Trump. Aprovou o retorno dos EUA ao Acordo Climático de Paris, reintegração na Organização Mundial da Saúde (OMS); redução das “desigualdades raciais e civis” nas instituições e nas Forças Armadas; um projeto de “Lei de Cidadania”, para gerir a fronteira de “maneira responsável”; regularização de 11 milhões de imigrantes ilegais; estruturação de uma campanha nacional para frear e estancar os estragos do Covid-19 (que ceifou a vida de mais de 400 mil pessoas), revogação da construção do muro fronteiriço no México, bem como anulação dos impedimentos à imigração de países de maiorias muçulmanas. Finalmente, aprovou um ambicioso pacote de US\$ 1,9 bilhões (R\$ 10,8 trilhões), para impulsionar a economia e ajudar as famílias atingidas pelas crises econômica e pandêmica.

Herança trumpista de última hora

O secretário de Estado de Trump, Mike Pompeo, se encarregou de montar diversas armadilhas diplomáticas, dias antes da posse, e que Trump transformou em decretos: a inclusão (mais uma vez) de Cuba na lista de países “promotores do terrorismo”, classificação dos rebeldes hutties iemenitas como terroristas, revogação das restrições aos contatos comerciais e políticos entre os EUA e Taiwan, e, finalmente, denúncia do Irã como “base de operações de Al-Qaeda” no Oriente Médio.

Essa “herança trumpista”, embora possa vir a ser modificada, não deixa de assinalar o caminho, traçado desde o governo de Bush, que Biden terá de seguir, em suas linhas gerais inter-

vencionistas. Que correspondem às necessidades da ofensiva imperialista pelo controle de mercados, recursos e regiões geográficas estratégicas, nas condições de decomposição do capitalismo – queda na taxa média dos lucros monopolistas, e agravamento da guerra comercial.

Muda a forma, permanece a essência

Biden afirmou, por diversas vezes, que preservará o essencial dos interesses estadunidenses na disputa comercial com a China; bem como o papel diretor dos EUA nas decisões internacionais. A retórica usada no seu discurso de posse, de que é com a “força do exemplo” que prevalecerá a hegemonia dos EUA na resolução de conflitos mundiais, pretende acobertar, com o véu do “multilateralismo”, a ofensiva monopolista norte-americana contra as massas e nações oprimidas. Pode mudar quanto às manobras, mas não quanto ao objetivo de proteger os seus interesses mundiais.

Dentre todos os pré-candidatos democratas, o novo presidente é reconhecido como o democrata mais próximo da política nacional-chauvinista praticada por Trump. Sabe-se que foi incentivador da “revolta” da praça Maidán, na Ucrânia, que serviu de estopim ao levante e insurreição dos movimentos ultradireitistas e nacional-chauvinistas ucranianos, que derrubaram o presidente Yanukovich (um aliado da Rússia), com o objetivo de enfraquecer a influência russa, e abrir passagem à penetração dos monopólios no país, rico em recursos naturais e industriais.

Como presidente da Comissão de Assuntos Exteriores, apoiou a invasão imperialista do Iraque e Afeganistão. Na condição de senador opositor a Trump, apoiou a designação unilateral de Guaidó como presidente da Venezuela. O que serviu de esteio às tentativas golpistas de derrubada do governo nacional-reformista da Venezuela.

Defesa da governabilidade

Tudo indica que Biden assume a presidência, reunindo o apoio das principais frações capitalistas e do alto comando das Forças Armadas. Conta a estreita vantagem de ter obtido melhor posição no Senado e conservado a maioria na Câmara de Deputados. Segundo analistas, o democrata poderá aproveitar as esperanças despertadas nas camadas mais pobres e nas mais oprimidas, como negros e imigrantes.

O “assalto” ao Capitólio assinalou que Biden enfrentará uma sistemática oposição da ultradireita, gestada no seio da classe média. Ao mesmo tempo, demarcou a necessidade política de se aproximar dessas camadas, e evitar o agravamento da divisão evidenciada nas eleições polarizadas. Caso procure um caminho intermediário, provocará descontentamento entre as massas que o apoiaram contra o socialchauvinismo e o racismo de Trump.

O discurso de posse de “unir a nação”, sem se importar se se é “azul” (democrata) ou “vermelho” (republicano), negro ou branco, transparece o fundamento da política burguesa de manejar a democracia como instrumento de dominação da burguesia sobre as massas. Esse é o sentido objetivo da retórica de que “a democracia prevaleceu”. No fundo, está a necessidade de preservar a centralização das forças econômicas e políticas dominantes ao redor de aquilo que há de comum na burguesia imperialista: a defesa da governabilidade e da capacidade imperialista de intervenção mundial, como instrumento a serviço dos monopólios.

Estado policial

As condições econômicas, principalmente nas crises, em última instância, determinam a política geral e suas variantes particulares. Trump não teve como cumprir seu programa de recuperar o poder mundial da economia norte-americana, e potencializar as forças produtivas internas. Suas diretrizes levaram a pôr à luz do dia a bruta opressão capitalista sobre as massas, ressaltando a situação particular das camadas negras e de imigrantes. É sobre essa base que Biden governará. E o fator decisivo é a luta de classes. Não há como o governo democrata sufocar as tendências chauvinistas de imensas parcelas da classe média branca, de onde Trump reuniu forças e as alimentou. O mais provável é que reforce o estado policial, e se aproxime das tendências racistas.

As Forças Armadas alertaram, em nota do Comando Conjunto, sobre a agudização das convulsões sociais, e exigiu combatê-las com medidas repressivas. Usaram o exemplo da invasão do Capitólio como indicador das ameaças crescentes à “democracia”. Os militares deram apoio ao conteúdo do novo projeto de lei, que agrava as punições e fortalece a repressão política, contra o “terrorismo doméstico” e os “atos de sedição”.

A experiência histórica ensina que, usando como justificativa a contenção da ultradireita racista e xenófoba, o fortalecimento do Estado policial se orienta a impedir que as massas

exploradas se projetem com seus métodos de ação direta, em resposta à crise econômica, ao desemprego e empobrecimento.

Tarefas da vanguarda

No início de seu mandato, Biden contará a seu favor com as ilusões democráticas depositadas em suas promessas e com a crise de direção revolucionária, que vem dificultando superar a desorganização da classe operária norte-americana, quebrar a política oportunista das direções políticas dos movimentos, e varrer o sindicalismo burocrático apodrecido.

Entretanto, a convulsiva marcha da crise do capitalismo e as contradições sociais vêm obrigando os explorados a travarem o combate pela defesa dos seus mais elementares interesses. É bem possível que se chocarão, mais cedo do que tarde, com o governo, que no momento comparece como salvador da democracia e da igualdade, e promotor da concórdia mundial.

A diretriz de reatamento com o Acordo de Paris e da

retomada da bandeira dos direitos humanos, bem como do reanimamento da Organização Mundial do Comércio, servirão para Biden redirecionar o intervencionismo norte-americano no mundo. É de se esperar o agravamento da guerra comercial, e não o contrário. A China continua como a potência que deve se curvar perante os monopólios, e completar o desmonte de seu capitalismo de Estado.

A América Latina – dizem que não será prioridade do novo governo –, certamente, terá de arcar com importante peso da desintegração do capitalismo mundial, como já vinha ocorrendo sob

o governo de Trump. Sob a máscara da democracia, se procurarão reordenar as forças burguesas, para prosseguir com as contrarreformas e remover obstáculos nacionalistas, como os da Venezuela e Cuba. A luta anti-imperialista terá de ser encarnada pelo proletariado, como parte da defesa dos empregos e salários, e como expressão do programa da revolução social.

A diretriz de reatamento com o Acordo de Paris e da retomada da bandeira dos direitos humanos, bem como do reanimamento da Organização Mundial do Comércio, servirão para Biden redirecionar o intervencionismo norte-americano no mundo. É de se esperar o agravamento da guerra comercial, e não o contrário. A China continua como a potência que deve se curvar perante os monopólios, e completar o desmonte de seu capitalismo de Estado.

LANÇAMENTO ▶

R\$ **35**

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, concluímos a exposição das teses de Lênin sobre a ditadura do proletariado, apresentadas no 1º Congresso da III Internacional. Agora, dedicamo-nos ao IX Congresso do Partido Comunista Bolchevique da Rússia (PC(b)R), realizado entre 29 de março e 5 de abril de 1920, em Moscou.

O seu ponto fundamental foi *“Tarefas imediatas da construção econômica”*, discutido em seguida ao *“Informe do Comitê Central”*, dado por Lênin. Outros pontos: *“O movimento sindical; Problemas de organização; Tarefas da Internacional Comunista; Atitude diante do cooperativismo; Passagem ao sistema de milícias; Eleição do Comitê Central; Problemas do momento”*.

O IX Congresso expressou o avanço numérico do partido: 553 delegados com direito a voz e voto, e 162, apenas a voz. Pela primeira vez, foi possível estabelecer um plano geral de reconstrução econômica e, fundamentalmente, de reerguimento das bases industriais. Havia que fortalecer o transporte, o armazenamento de cereais, combustíveis e matérias-primas, e fabricação de máquinas, para transporte e bens de consumo. Esse plano foi elaborado nas condições em que o pior da intervenção militar alemã e, em seguida, da guerra civil, impulsinada pela Inglaterra e França (Entente) havia passado, apesar de novos perigos que se avistavam. Era chegado o momento do poder soviético se dedicar à construção econômica pacífica. Assim, o IX Congresso refletia um certo alívio, cujas condições de fim da guerra civil e derrota da contrarrevolução eram absolutamente necessárias para estabilizar as relações internas, e afrouxar as pressões externas, que passaram a favorecer a luta do proletariado mundial contra o imperialismo.

Vinculadas às questões das *“Tarefas imediatas da construção econômica”*, foram tratadas as divergências em torno ao lugar do sindicato e os problemas de organização. A primeira etapa do plano econômico consistia em restabelecer o funcionamento da indústria, e suprir as necessidades básicas da população, que se via esgotada pelas guerras imperialista e civil. Em particular, era preciso superar as tremendas dificuldades, que levaram a classe operária a enormes sacrifícios.

Lênin expôs o ponto estratégico da situação, que era o de reorganizar o proletariado como um exército do trabalho, para movimentar a indústria e os transportes. Essa tarefa seria cumprida com a ação centralizada do governo soviético, do partido e dos sindicatos. Medidas de força deveriam ser tomadas como o trabalho obrigatório, o aproveitamento dos operários qualificados, e a utilização do exército para objetivos econômicos. Essas ações se colocavam de forma transitória, ditadas pelas circunstâncias.

Essa formulação abriu uma grande discussão no Congresso, fundamentalmente em torno do entendimento de como se estruturaria uma direção responsável pela ativação da indústria. Um bloco opositor se colocou contra a utilização de técnicos e especialistas à frente de determinadas tarefas. Evocou o centralismo democrático, em contraposição à direção estatal centralizada, à direção pessoal e à responsabilização individual dos dirigentes das empresas. Estabeleceu uma contradição absoluta entre o princípio da direção coletiva e da direção pessoal. Nesse quadro conflituoso, se colocou a discussão sobre

a função dos sindicatos sob o Estado soviético, bem como sua relação com o partido comunista.

A revolução havia constituído o Estado soviético, e expropriado a burguesia e os latifundiários. Estava implantada a ditadura do proletariado, cuja vitória sobre a contrarrevolução possibilitava cumprir a função de reerguer a economia e desenvolver suas bases socialistas. As transformações exigiam passar da disciplina capitalista do trabalho para uma nova disciplina, orientada a impulsionar a transição do capitalismo ao socialismo. E isso não se faria simplesmente apelando à consciência revolucionária. Obrigatoriamente, a direção centralizada teria de usar métodos e formas coercitivas.

Nas palavras de Lênin: *“Passo agora a importantes considerações de princípio, que nos levaram a orientar decididamente as massas trabalhadoras à utilização do exército para solucionar certos problemas fundamentais e urgentes. A velha fonte de disciplina, o capital, se debilitou: a velha fonte de unidade desapareceu. Devemos criar outra disciplina, outra fonte de disciplina e unidade. A coerção provoca indignação, gritos, tumultos e lamentos dos democratas burgueses, que esgrimem as palavras ‘liberdade’ e ‘igualdade’, sem dizer que a liberdade de que goza o capital é um crime contra os operários, que a igualdade entre o saciado e o faminto é um crime contra os trabalhadores. Em nossa luta contra a mentira, implantamos o trabalho obrigatório, e começamos a unir os trabalhadores, sem vacilar e recorrer à coerção, pois, nenhuma revolução saiu vitoriosa sem coerção, e o proletariado tem o direito a exercer a coerção para manter a sua conquista, a todo o custo”*.

O outro lado da divergência se deu em torno à direção coletiva contraposta à direção pessoal. Lênin considerou que se tratava de uma confusão teórica do bloco opositor, que conduzia a erros práticos. Uma vez que o proletariado havia conquistado o poder e estabelecido sua dominação de classe, tinha pela frente o objetivo de solucionar na prática as transformações que se operavam nas relações de propriedade. Por essa via, seria assegurada a dominação de classe. Não se poderia desconhecer, portanto, que a existência do campesinato indicava que a revolução ainda precisava resolver a difícil tarefa de superar as tendências contraditórias da produção mercantil camponesa com a economia socialista, que dava seus primeiros passos com o domínio do proletariado.

A reconstrução da indústria e a elevação de sua capacidade produtiva se tornava a condição imperante do momento para fortalecer o proletariado como classe dirigente. Lênin recorreu à história para mostrar que uma classe que substituiu outra, necessariamente, tem de se apossar dos conhecimentos anteriores construídos pela classe que caducou. Demonstrou: *“A burguesia recorria à velha classe, e nossa tarefa atual é a mesma; saber tomar, submeter, aproveitar os conhecimentos (...) e utilizar tudo isso para o triunfo de nossa classe”*. Tratava-se de recorrer à experiência histórica, para entender o percurso que o proletariado tinha pela frente como classe revolucionária, que acabava de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. A resistência daqueles que usavam o escudo da *“direção coletiva”* para rechaçar a utilização de especialistas indicava profunda incompreensão histórica e teórica.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXIII, Akal Editor)